

Relatório e Contas

2022

Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias

INDICE

INTRODUÇÃO

I Relatório de Atividades | 5

1 Sócios e Beneficiários | 6

2 Atividade Desenvolvida | 7

2.1. Atividade Sindical | 7

2.1.1. Ação Sindical

2.1.2. Serviços de Cultura, Desporto e Lazer

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social | 8

2.2.1. Prestação de Serviços de Saúde

2.2.2. Atribuição de Comparticipações e Subsídios

2.3. USP – Unidade de Serviços Partilhados | 10

3 Organização e Recursos | 11

3.1. Gestão | 11

3.2. Recursos Humanos | 12

3.3. Instalações | 13

4 Situação Económica e Financeira | 14

4.1. Análise Económica | 14

4.2. Análise Financeira | 16

4.3. Principais Agregados Económico-Financeiros | 17

II Demonstrações Financeiras | 18

1 Balanços | 19

2 Demonstrações dos Resultados por Naturezas | 20

3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa | 21

4 Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais | 22

Anexo às Demonstrações Financeiras | 23

Proposta de Aplicação de Fundos | 55



INTRODUÇÃO

“...2022 ficou marcado pela estabilização da estrutura sindical no que concerne ao número de sócios e beneficiários.”

“...aumento das atividades culturais, desportivas e de lazer.”

“...os serviços prestados nas unidades de saúde do SAMS refletem o aumento da procura.”

“... gestão que aposte coerentemente na estabilidade da instituição, na eficiência dos serviços e na sustentabilidade do sistema.”

O ano de 2022 ficou marcado pela estabilização da estrutura sindical no que concerne ao número de sócios e beneficiários.

A redução do número de trabalhadores no setor bancário e o lamentável número de falecimentos afetaram o Sindicato. No entanto, estas saídas foram equilibradas pela inscrição de novos sócios, em muito impulsionada pelo ingresso de novos bancários provenientes do Grupo BNP Paribas, pelo número muito significativo – e em tendência crescente – de utentes do SAMS, bem como a cada vez maior fidelização dos sócios ao Mais Sindicato. A conjugação destes fatores resultou numa estabilidade tão necessária ao MAIS e, sobretudo, ao SAMS.

Acresce realçar que em resultado da flexibilização das normas sanitárias no pós-pandemia foi possível o aumento das atividades culturais, desportivas e de lazer desenvolvidas pelo Sindicato, com o consequente crescimento das vendas de prestação de serviços, nomeadamente através do Parque de Campismo, Centro de Férias e Formação e alojamento para férias.

Em linha com o crescimento evidenciado nas rúbricas da atividade sindical, também os serviços prestados nas unidades de saúde do SAMS refletem o aumento da procura e, consequentemente, a confiança dos beneficiários nos serviços disponibilizados, reflexo da qualidade que testemunham diariamente.

Os fatores de estabilidade e sustentabilidade que marcam a gestão do nosso sistema de saúde são também evidentes no rejuvenescimento e renovação de quadros, nomeadamente com a contratação de enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica, em linha com a procura destes serviços e de forma a responder atempadamente às necessidades de beneficiários e utentes.

O ano de 2022 refletiu mais uma vez o rigor na gestão, tão necessária quando confrontada com o crescimento generalizado dos custos de produção, seja ao nível de materiais e medicamentos, seja pelos fornecimentos e serviços externos, que refletiram o enorme aumento da inflação. Mas, apesar desta conjugação de fatores externos negativos, conseguiu-se manter o nível de serviços sem encargos adicionais para os beneficiários.

A preocupação em garantir um futuro sustentável para o SAMS, para que os bancários no ativo e na reforma, hoje e amanhã, continuem a ter assegurados e ao seu alcance todos os cuidados de saúde, modernos e eficientes, obriga-nos a tomar medidas.

Uma multiplicidade de fatores exige uma gestão que aposte coerentemente na estabilidade da instituição, na eficiência dos serviços e na sustentabilidade do sistema.

Devemos ter sempre presente que a diminuição da população beneficiária – nomeadamente em consequência da redução dos quadros de efetivos dos bancos – significa menos contribuições. Em contrapartida, o envelhecimento da população beneficiária aumenta as necessidades de cuidados de saúde, ao mesmo tempo em que as frequentes descobertas científicas trazem novas soluções de tratamento, seja em equipamentos, medicamentos ou exames de diagnóstico, que o SAMS quer disponibilizar aos seus beneficiários – o que, naturalmente, gera mais despesa.

INTRODUÇÃO

“...é preciso adotar medidas que garantam que a receita cobre a despesa.”

Por isso é preciso adotar medidas que garantam que a receita cobre a despesa, para responder às necessidades de saúde e garantir a sustentabilidade do nosso sistema. E um dos pilares que contribuem para este balanceamento é o recurso à prestação interna de serviços pelos beneficiários e a venda da capacidade instalada a organizações e utentes externos.

Todos, dirigentes sindicais e trabalhadores, têm a obrigação e o compromisso de transmitir aos beneficiários as vantagens de procurar internamente os serviços que fazemos melhor e a menor custo do que recorrendo a entidades externas.

Todos e cada um de nós deve estar empenhado em informar os beneficiários de que têm menos encargos se optarem pelo SAMS, porque não têm de pagar a despesa do ato clínico na totalidade e de imediato e, se recorrerem a serviços externos, a comparticipação não lhes será tão favorável.

E é em matéria de comparticipações que tem de haver o alerta, testemunhando as várias situações em que o beneficiário pagou muito mais recorrendo ao privado – o que, por outro lado, implicou para o SAMS um gasto muito superior por não ter sido utilizada a sua capacidade instalada.

Cabe a cada um de nós informar e divulgar o que temos de bom e que muitos desconhecem. É este o caminho para intensificar a procura pela prestação interna de serviços a que tantos privados recorrem e enaltecem diariamente.

E lembrar que cada vez que um privado recorre aos serviços do SAMS, dispondo de equipamentos, médicos e outro pessoal de saúde que já existe, está a rentabilizar o que temos e a contribuir para manter a sustentabilidade do nosso subsistema de saúde.

“...Cabe a cada um de nós informar e divulgar o que temos de bom e que muitos desconhecem.”

I RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

- 1 Sócios e Beneficiários | [6](#)
- 2 Atividade Desenvolvida | [7](#)
- 3 Organização e Recursos | [11](#)
- 4 Situação Económica e Financeira | [14](#)

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS

No final de 2022, o Mais Sindicato contava com 34.118 associados, enquanto o SAMS contava com 87.986 beneficiários (dos quais 47.457 beneficiários titulares, enquanto os restantes corresponderão a elementos do respetivo agregado familiar).

As diminuições verificadas têm, principalmente, a ver com a redução da empregabilidade no setor bancário, por efeito de eliminação de postos de trabalho, reestruturação dos quadros de pessoal e reformas.

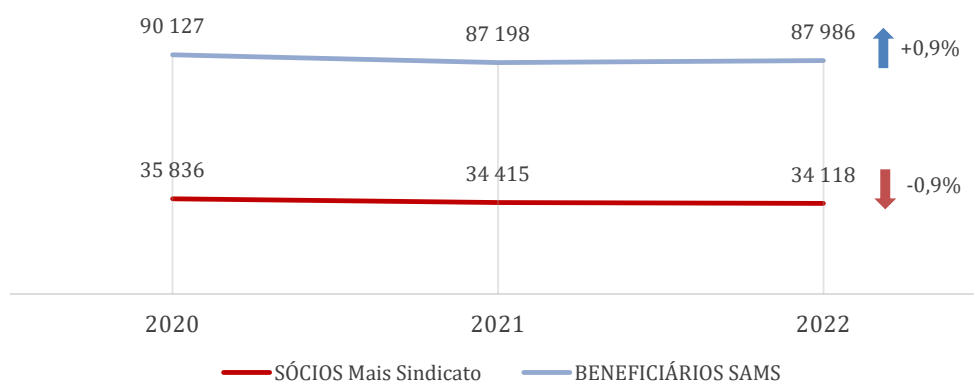
Em 2022 verificou-se um aumento do número de beneficiários e um atenuar da diminuição dos sócios por via do ingresso de novos bancários provenientes do Grupo BNP Paribas.

Os sócios e os beneficiários (para o Mais Sindicato e para o SAMS, respetivamente) constituem a razão de ser e os destinatários das atividades realizadas.

A estes juntam-se, entretanto, em particular no caso do SAMS, um número muito significativo – e em tendência crescente – de ‘utentes’ que, por iniciativa própria ou através de outras instituições, procuram aceder aos serviços prestados pelo Mais Sindicato.

SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS	2022	2021	2020	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	22/21	21/20
SÓCIOS Mais Sindicato	34 118	34 415	35 836	-0,9	-4,0
BENEFICIÁRIOS SAMS	87 986	87 198	90 127	0,9	-3,2
Titulares	47 457	46 109	47 005	2,9	-1,9
Familiares	40 529	41 089	43 122	-1,4	-4,7

EVOLUÇÃO DOS SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.1. Atividade Sindical

2.1.1. Ação Sindical

O Mais Sindicato desenvolve iniciativas e ações, no âmbito especificamente sindical, que se torna difícil quantificar.

Salientam-se as seguintes áreas de intervenção:

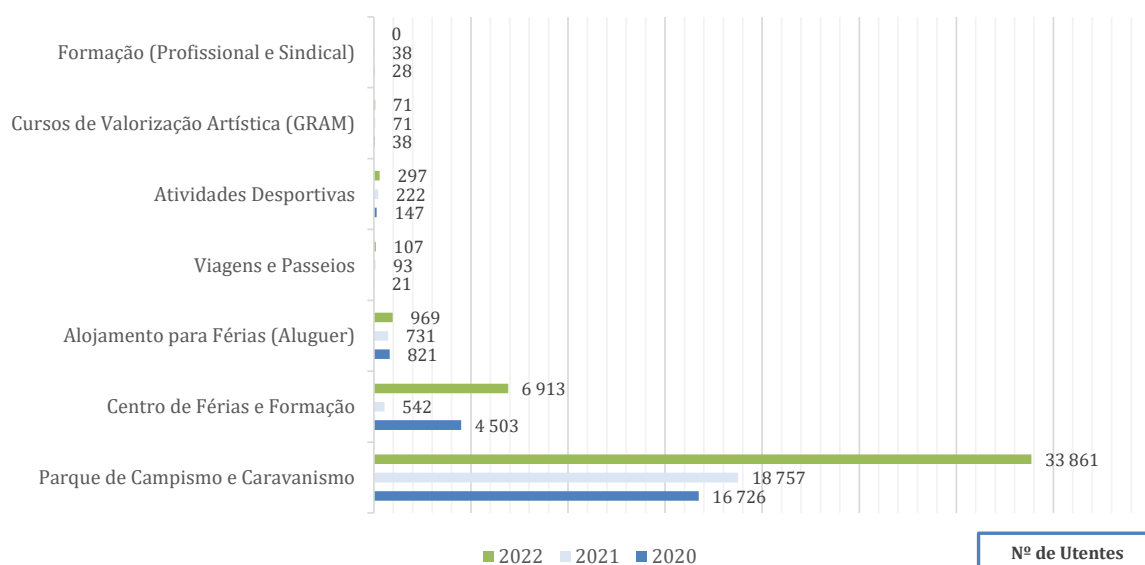
- Vida institucional, incluindo Conselhos Gerais e reuniões com a estrutura sindical e com trabalhadores bancários, no âmbito do Mais Sindicato;
- Contratação coletiva, com relevo para a revisão de instrumentos reguladores de trabalho (IRCT), impactos de medidas governamentais nas remunerações dos trabalhadores e nas reformas, acompanhamento da gestão de Fundos de Pensões, etc.;
- Cooperação e participação em organizações onde o Sindicato está filiado, como a Febase, UGT e UNI.

2.1.2. Serviços de Cultura, Desporto e Lazer

O Mais Sindicato desenvolve, para os seus associados e familiares e, em alguns casos, também para outros utentes, um conjunto amplo e diversificado de ações, movimentando uma quantidade muito significativa de pessoas (próximo de 29.000 atividades, em média nos últimos anos). Em 2022, resultado da altura pós-pandemia verificou-se um aumento a atividade desenvolvida.

Serão de distinguir, neste domínio:

- Serviços prestados diretamente pelo Mais Sindicato, em instalações próprias e dedicadas, como o Centro de Férias e Formação e Parque de Campismo e Caravanismo;
- Serviços de Formação e Cursos de Valorização Artística, organizados e geridos pelo Mais Sindicato;
- Atividades Desportivas, em múltiplas modalidades;
- Disponibilização de Alojamentos para Férias e de Viagens e Passeios.



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social

2.2.1. Prestação de Serviços de Saúde

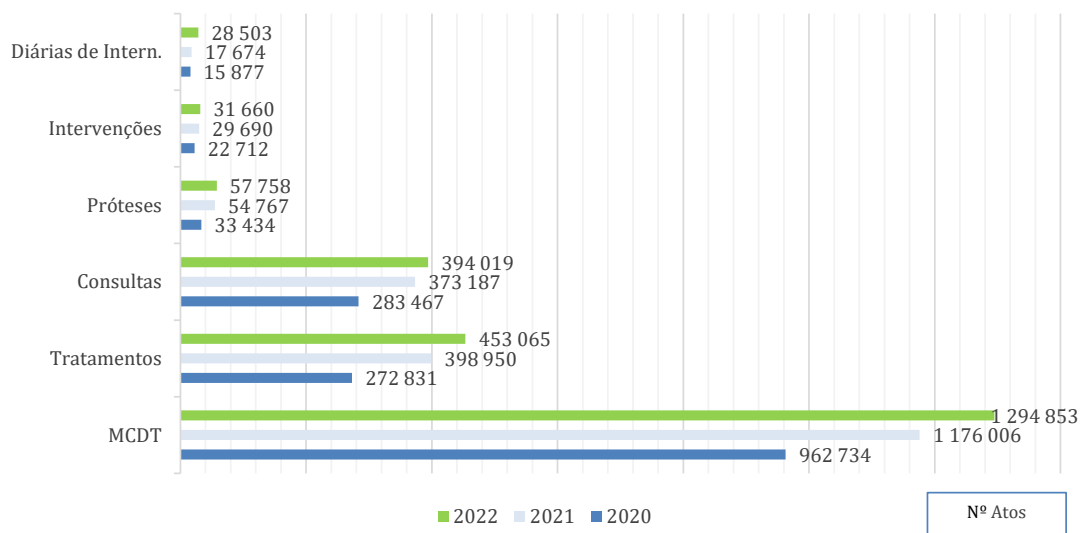
A atividade de prestação direta de cuidados de saúde é desenvolvida através de uma rede constituída por:

- Serviços de Ambulatório:
 - Centro Clínico de Lisboa (Rua Fialho de Almeida);
 - 17 Clínicas SAMS (Almada, Amadora, Barreiro, Odivelas, Parede, Santarém, Torres Vedras, SAMS ISCTE, Angra do Heroísmo, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada e Tomar);
- Hospital SAMS (Lisboa);
- Lar de Idosos (Brejos de Azeitão).

Têm acesso aos serviços prestados internamente pelas Unidades de Saúde (Centro Clínico, Clínicas SAMS e Hospital):

- Os beneficiários do SAMS;
- Os sócios do Mais Sindicato;
- Os utentes-familiares (dos sócios do Mais Sindicato);
- Os utentes abrangidos por Protocolos, Acordos, Parcerias e Seguradoras;
- Beneficiários dos SAMS do Centro e do Norte;
- Utentes privados.

Em 2022, a atividade nas Unidades de Saúde do SAMS, evidencia-se no gráfico apresentado:



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

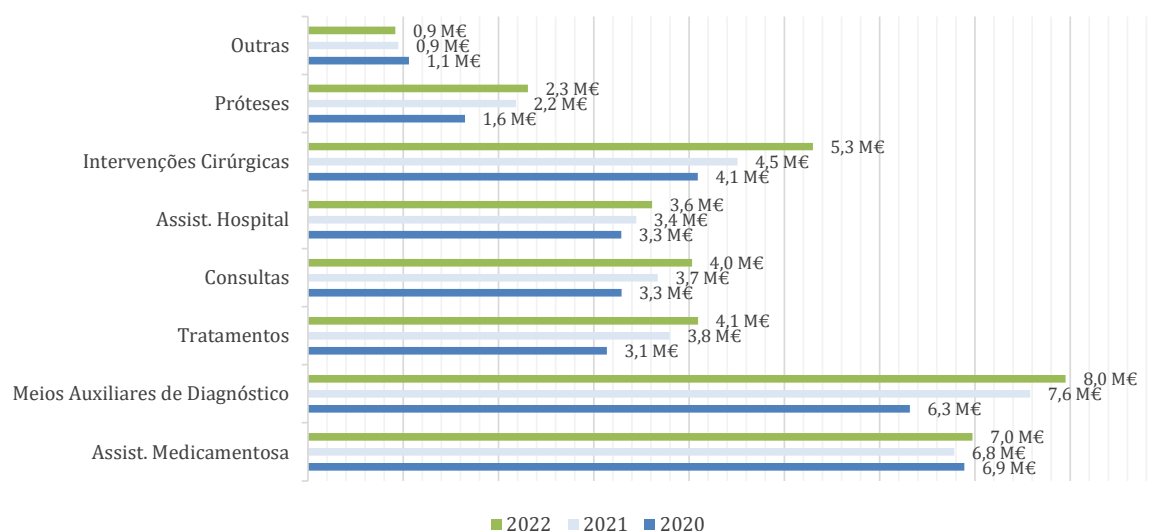
2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social

2.2.2. Atribuição de Comparticipações e Subsídios

A atribuição de Comparticipações e Subsídios, por despesas efetuadas externamente (fora dos serviços clínicos internos) rege-se pelo disposto nos Regulamentos, do Regime Geral e do Regime Especial, e nas respetivas Normas Complementares, bem como no correspondente Plano de Benefícios.

Em 2022 o total das Comparticipações atribuídos totalizou 35,2 milhões de euros, o que corresponde a um aumento global de 2,3 milhões de euros (+7%), distribuindo-se pelos domínios de assistência apresentados no gráfico.



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.3. USP – Unidade de Serviços Partilhados

O Mais Sindicato dispõe de Unidades de Prestação de Serviços, também denominadas ‘unidades de negócio’, quer na área da ação sindical e tempos livres (Atividade Sindical), quer na área da prestação de cuidados de saúde (SAMS), especificamente focalizadas na ação desenvolvida para os sócios, beneficiários e utentes.

A criação e manutenção da USP visou a melhoria da gestão interna dos serviços, através de ganhos de eficiência, economias de escala e eliminação de desperdícios nas atividades de suporte, permitindo a reorientação dos recursos da Atividade Sindical e do SAMS para o cumprimento das suas verdadeiras missões, centradas em atividades estratégicas de maior valor acrescentado.

A USP assume-se, assim, como ‘fornecedor’, numa relação de fornecedor / cliente, relativamente às unidades prestadoras do Mais Sindicato, repartindo-se o suporte fornecido pelas seguintes áreas:

- Serviços administrativos, ao nível de secretaria geral e da atribuição e manutenção da qualidade de sócio / beneficiário / utente;
- Serviços financeiros (de tesouraria e contabilidade) e de instalações e equipamentos;
- Serviços de Pessoal, incluindo processamento de vencimentos, gestão de cadastro, recrutamento e seleção, formação e segurança e saúde no trabalho;
- Serviços de sistemas de informação, ao nível de suporte informático, administração de sistemas e desenvolvimento e inovação.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.1. Gestão

Composição da Direção

Constituição da Direção

Presidente

António José Real da Fonseca

Vice-Presidente

João Gonçalo Barros Ferreira

Secretária

Cristina Maria Damião de Jesus

Tesoureira

Cristina Alexandra Pereira Trony

Vogais

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Daniel José Matos

Pedro Miguel Correia Pereira Soares

Mário Rui Peixoto Reis Costa

Mónica Patricia Resende Gomes

Tânia Maltez Ribeiro

Luís Carlos Furtado Brito Roque

Organismos do Mais Sindicato

Atividade Sindical

É dirigida pelos membros da Direção, de acordo com os respetivos cargos e pelouros.

Integra os Serviços Jurídicos e os Serviços de Atividade Sindical.

SAMS

O SAMS é gerido por um Conselho Executivo, nomeado pela Direção.

Integra a Direção Clínica, os Departamentos e Unidades Médicas e de Diagnóstico, os Serviços Farmacêuticos do Hospital, o Lar de Idosos, o Serviço de Comparticipações e Subsídios, bem como os Serviços Administrativos de apoio aos Serviço Clínicos.

USP

A USP é gerida por uma Comissão de Gestão, nomeada pela Direção.

Integra a Secretaria Geral, a Direção de Recursos Humanos, a Direção Financeira e Patrimonial e a Direção de Sistemas de Informação.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

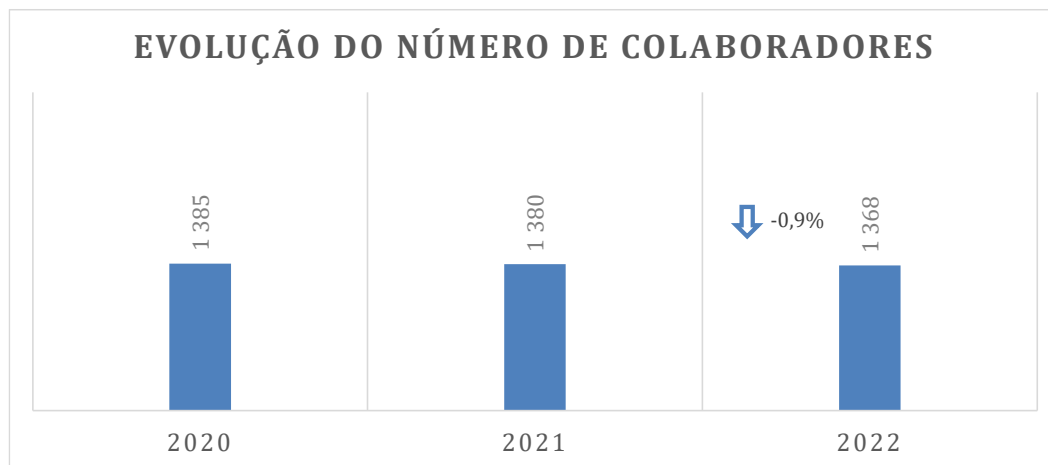
3.2. Recursos Humanos

O quadro de pessoal do Mais Sindicato, em 2022, foi constituído por 1.368 elementos. Registou uma diminuição correspondente a 12 unidades.

No ano 2022, registou-se um decréscimo do quadro efetivo de pessoal médico e administrativos.

A média etária desceu para os 50. Por sua vez, a antiguidade média situou-se em 20,7 anos.

NATUREZA DE FUNÇÕES	2022					2021	2020	Variação (%)	
	AS	SAMS	USP	TOTAL	(%)	Nº	Nº	22/21	21/20
MÉDICOS		222	1	223	16,3	263	288	-15,2	-8,7
FARMACÊUTICOS		5		5	0,4	5	4	0,0	25,0
ENFERM. / TDT		373	1	374	27,3	355	357	5,4	-0,6
Enfermeiros		240	1	241	17,6	227	233	6,2	-2,6
Téc. Diagn. Terap.		133		133	9,7	128	124	3,9	3,2
ADMINISTRATIVOS	34	82	85	201	14,7	202	204	-0,5	-1,0
A. CLÍNICOS		19		19	1,4	18	20	5,6	-10,0
AUXILIARES	34	500	12	546	39,9	537	512	1,7	4,9
TOTAL	68	1 201	99	1 368	100,0	1 380	1 385	-0,9	-0,4



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.3. Instalações

Para a realização dos objetivos da sua atividade, o Mais Sindicato dispõe das seguintes instalações:



MAIS Sindicato
Rua S. José, 131 - 1169-046 Lisboa



CENTRO DE FÉRIAS E FORMAÇÃO
Casal do Zote - Beco - 2240-208 Ferreira do Zêzere



PARQUE DE CAMPISMO
Pinheiros de Marim - Apartado 300 - 8700-912 Olhão

SECÇÕES REGIONAIS

Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco,
Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta
Delgada, Portalegre, Portimão, Santarém,
Setúbal, Tomar e Torres Vedras



HOSPITAL DO SAMS
Rua Cidade de Gabela, 1 - 1849-017 Lisboa



CENTRO CLÍNICO DE LISBOA
Rua Fialho de Almeida, 21 - 1070-128 Lisboa

CLÍNICAS SAMS

Almada, Amadora, Barreiro, Odivelas,
Parede, Santarém, Torres Vedras,
ISCTE
Angra do Heroísmo, Castelo Branco,
Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta,
Ponta Delgada e Tomar.



LAR DE IDOSOS
Brejos de Azeitão

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Análise Económica

O quadro que se segue resume a atividade do Mais Sindicato, em 2022.

CONTAS	2022		2021 Valor	2020 Valor	Variação	
	Valor	(%)			22/21	21/20
GASTOS	141 208 091 €	100%	138 923 760 €	129 612 069 €	2%	7%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	16 301 295 €	12%	16 119 491 €	13 054 952 €	1%	23%
Fornec. e Serv. Externos	39 472 276 €	28%	36 645 955 €	34 161 936 €	8%	7%
Gastos com o Pessoal	39 967 159 €	28%	41 439 055 €	39 427 009 €	-4%	5%
Gastos de Deprec. e Amort.	4 296 236 €	3%	4 784 625 €	4 834 995 €	-10%	-1%
Perdas por Imparidade	53 770 €	0%	1 161 248 €	3 246 515 €	-95%	-64%
Provisões do Período	51 755 €	0%	3 271 603 €	2 760 442 €	-98%	19%
Outros Gastos	40 920 513 €	29%	35 367 673 €	31 952 631 €	16%	11%
Gastos de Financiamento	145 088 €	0%	134 110 €	173 588 €	8%	-23%
RENDIMENTOS	140 462 964 €	100%	138 050 442 €	122 067 802 €	2%	13%
Vendas	4 564 840 €	3%	4 650 868 €	3 580 686 €	-2%	30%
Serviços Prestados	36 643 389 €	26%	35 122 359 €	24 780 213 €	4%	42%
Quotiz./Contrib.	89 780 423 €	64%	89 833 167 €	90 539 070 €	0%	-1%
Subsídios, doações e legados à expl.	15 736 €	0%	0 €	1 204 319 €	-	-100%
Reversões	7 297 440 €	5%	6 288 091 €	137 157 €	16%	>100%
Outros Rendimentos	2 119 772 €	2%	2 059 730 €	1 738 427 €	3%	18%
Juros e Outros Rend. Similares	41 364 €	0%	96 226 €	87 930 €	-57%	9%
Resultado Antes de Impostos	-745 127 €	-	-873 318 €	-7 544 267 €	15%	88%
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	31 €		21 €	130 €	46%	-84%
Resultado Líquido do Exercício	-745 157 €	-	-873 339 €	-7 544 397 €	15%	88%

O resultado líquido do exercício é negativo, em 0,7 milhões de euros, traduzindo em termos globais e relativamente a 2021, um aumento do volume de gastos em 2%, sendo que os rendimentos tiveram uma evolução positiva de 2%. Registou-se um aumento da atividade em consequência do período pós COVID-19.

No que respeita aos gastos em 2022, no total de 141,2 milhões de euros (mais 2,3 milhões de euros), salienta-se:

- Os gastos com pessoal, no montante de 40,0 milhões de euros, que registam uma diminuição de 1,5 milhões de euros e representam 28% dos gastos;
- Os fornecimentos e serviços, no montante de 39,5 milhões de euros, com um acréscimo de 2,8 milhões de euros, representando 28% dos gastos;
- O valor referente a outros gastos e perdas, no montante de 40,9 milhões de euros, representando 29% dos gastos, apresenta um crescimento de 5,6 milhões de euros. Do valor total dos outros gastos e perdas, 35,2 milhões de euros respeitam à atribuição de participações, que apresentam um acréscimo de 2,3 milhões de euros;
- O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, no montante de 16,3 milhões de euros, que regista um aumento de 182 mil euros e representa 12% dos gastos.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Análise Económica

4.1.1. Valores Totais

Em relação aos rendimentos, no total de 140,5 milhões de euros (mais 2,4 milhões de euros), destacam-se:

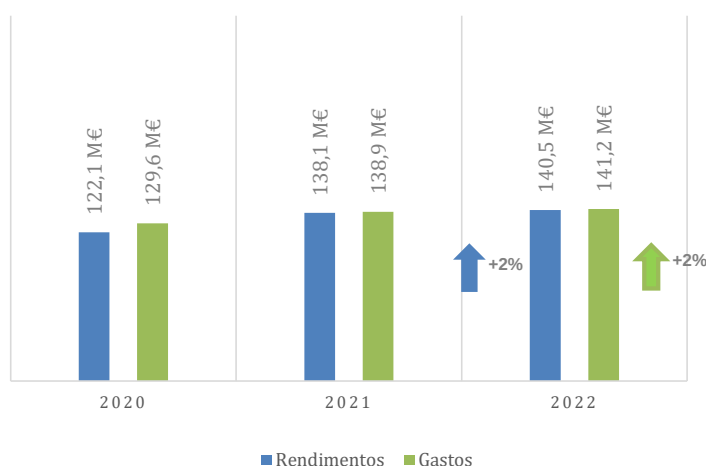
- Os provenientes das quotizações e contribuições para o Mais Sindicato, no montante de 89,8 milhões de euros, correspondendo a 64% do total dos rendimentos e a uma manutenção do valor em relação a 2021;
- Os referentes a vendas e prestação de serviços, no valor global de 41,2 milhões de euros, que constituem 29% do total dos rendimentos, traduzindo um aumento de cerca de 1,4 milhões de euros;
- Os correspondentes a reversões no montante de 7,3 milhões de euros, representando 5% dos rendimentos, apresenta um aumento de um milhão de euros resultante: (i) do ajustamento do montante de provisão de “Pensão e Reformas”, com base em estudo atuarial, em 3,2 milhões de euros (v. d. nota 13 do Anexo às Demonstrações Financeiras) e (ii) da reversão de 3,9 milhões de euros de outros riscos e encargos.

O resultado de 2022 corresponde a um aumento, em cerca de 128 mil euros, em relação ao ano anterior. Esta melhoria deriva sobretudo:

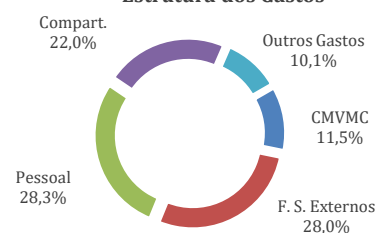
- Do aumento da prestação de serviços, em 1,5 milhões de euros (vd. nota 19, do Anexo às Demonstrações Financeiras);
- Do acréscimo das reversões, em um milhão de euros, (vd. nota 13, do Anexo às Demonstrações Financeiras);
- Da diminuição das provisões do período, em 3,2 milhões de euros;
- Do decréscimo dos gastos com pessoal, no montante de 1,5 milhões de euros.

Em 2022, analisando o gráfico apresentado, observa-se um crescimento dos rendimentos superior ao aumento dos gastos, originando uma evolução positiva do Resultado do Exercício.

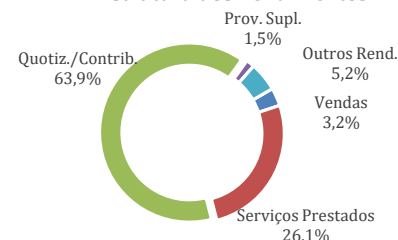
Evolução dos Gastos e Rendimentos



Estrutura dos Gastos



Estrutura dos Rendimentos



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.2. Análise Financeira

Em 2022, o valor do Ativo do Mais Sindicato ascendia a cerca de 85,6 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição (-5%), em relação ao ano anterior. Esta posição resulta, essencialmente, da diminuição do Ativo Não corrente, nomeadamente, ativos fixos tangíveis (-10%). Nota para o aumento dos valores de caixa e depósitos bancários (+2%), que detêm um peso significativo no Ativo (35%).

CONTAS	2022		2021 Valor	2020 Valor	Variação	
	Valor	(%)			22/21	21/20
ATIVO	85 551 553 €	100%	89 696 090 €	91 230 427 €	-5%	-2%
Ativo Não Corrente	30 632 114 €	36%	34 108 247 €	37 724 325 €	-10%	-10%
Activos fixos tangíveis	30 406 033 €	36%	33 849 685 €	37 332 259 €	-10%	-9%
Participações financeiras	166 476 €	0%	152 105 €	117 719 €	9%	29%
Beneficiários, associados e outros	59 605 €	0%	106 457 €	274 347 €	-44%	-61%
Ativo Corrente	54 919 439 €	64%	55 587 843 €	53 506 102 €	-1%	4%
Inventários	4 389 895 €	5%	4 913 389 €	5 559 650 €	-11%	-12%
Beneficiários, associados e outros	10 380 585 €	12%	10 639 337 €	11 248 498 €	-2%	-5%
Estado e outros entes publicos	292 525 €	0%	284 385 €	301 025 €	3%	-6%
Outros Ativos Correntes	9 232 218 €	11%	9 474 868 €	9 940 305 €	-3%	-5%
Diferimentos	470 818 €	1%	590 909 €	429 770 €	-20%	37%
Caixa e depósitos bancários	30 153 398 €	35%	29 684 955 €	26 026 854 €	2%	14%

Em relação ao Passivo, que em 2022 ascendia a 56,1 milhões de euros (-6%), destaque para a diminuição das provisões (-11%) e aumento dos outros passivos correntes (+9%).

Salienta-se, ainda, a diminuição dos Fundos Próprios (-2%).

CONTAS	2022		2021 Valor	2020 Valor	Variação	
	Valor	(%)			22/21	21/20
FUNDO PRÓPRIO E PASSIVO	85 551 553 €	100%	89 696 090 €	91 230 427 €	-5%	-2%
FUNDO PRÓPRIO	29 419 926 €	34%	30 165 465 €	31 041 230 €	-2%	-3%
PASSIVO	56 131 627 €	66%	59 530 625 €	60 189 197 €	-6%	-1%
Passivo Não Corrente	31 428 394 €	37%	35 732 821 €	36 069 183 €	-12%	-1%
Provisões	30 635 868 €	36%	34 407 799 €	34 112 181 €	-11%	1%
Financiamentos obtidos	792 526 €	1%	1 325 022 €	1 957 002 €	-40%	-32%
Passivo Corrente	24 703 233 €	29%	23 797 804 €	24 120 014 €	4%	-1%
Fornecedores	5 900 747 €	7%	6 178 945 €	5 119 728 €	-5%	21%
Estado e outros entes publicos	1 141 905 €	1%	1 208 002 €	1 182 211 €	-5%	2%
Financiamentos obtidos	544 183 €	1%	639 641 €	650 457 €	-15%	-2%
Outros Passivos Correntes	17 116 398 €	20%	15 771 216 €	17 167 618 €	9%	-8%

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.3. Principais Agregados Económico-Financeiros

Em 2022, destaque para a diminuição do Ativo líquido em 4,1 milhões de euros, especialmente devido ao decréscimo dos valores do Ativo não corrente. Nota para o aumento da atividade com o consequente crescimento das vendas e prestação de serviços em 1,4 milhões de euros (+4%), e dos custos dos fornecimentos e serviços externos em 2,8 milhões de euros, resultado do aumento da atividade e da pressão inflacionista sobre os custos de estrutura. Nota para a diminuição dos gastos com pessoal em 1,5 milhões de euros (-4%).

O EBITDA diminui em relação ao ano anterior em 2,3 milhões de euros.

PRINCIPAIS AGREGADOS	Realizado 2022	Realizado 2021	Realizado 2020	Variação	
				22/21	21/20
Vendas e Prestação de Serviços	41 208 229 €	39 773 228 €	28 360 899 €	4%	40%
Custo das Vendas	16 301 295 €	16 119 491 €	13 054 952 €	1%	23%
Fornecimento e Serviço Externo	39 472 276 €	36 645 955 €	34 161 936 €	8%	7%
Gastos com o Pessoal	39 967 159 €	41 439 055 €	39 427 009 €	-4%	5%
Activo Líquido	85 551 553 €	89 696 090 €	91 230 427 €	-5%	-2%
Imobilizado Líquido	30 406 033 €	33 849 685 €	37 332 259 €	-10%	-9%
EBITDA	-521 024 €	1 809 726 €	1 530 223 €	>-100%	18%

II DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores expressos em euros)

- 1 Balanços | [19](#)
- 2 Demonstrações dos Resultados por Naturezas | [20](#)
- 3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa | [21](#)
- 4 Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais | [22](#)

Anexo às Demonstrações Financeiras | [23](#)

II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇOS:

MAIS Sindicato (Agregado)

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2022	2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	30 406 033	33 849 685
Ativos intangíveis	6	-	-
Participações Financeiras - outros métodos	7	166 476	152 105
Beneficiários, associados e outros	9	59 605	106 457
Total do ativo corrente		30 632 114	34 108 247
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	8	4 389 895	4 913 389
Beneficiários, associados e outros	9	10 380 585	10 639 337
Estado e outros entes públicos	15	292 525	284 385
Diferimentos	18	470 818	590 909
Outros ativos correntes	11	9 232 218	9 474 868
Caixa e depósitos bancários	4	30 153 398	29 684 955
Total do ativo corrente		54 919 439	55 587 843
Total do ativo		85 551 553	89 696 090
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos estatutários	12	32 322 965	31 526 716
Resultados transitados	12	(2 157 882)	(487 912)
		30 165 083	31 038 804
Resultado líquido do exercício		(745 157)	(873 339)
Total dos fundos patrimoniais		29 419 926	30 165 465
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	30 635 868	34 407 799
Financiamentos obtidos	16	792 526	1 325 022
Total do passivo não corrente		31 428 394	35 732 821
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	5 900 747	6 178 945
Estado e outros entes públicos	15	1 141 905	1 208 002
Financiamentos obtidos	16	544 183	639 641
Outros passivos correntes	17	17 116 398	15 771 216
Total do passivo corrente		24 703 233	23 797 804
Total do Passivo		56 131 627	59 530 625
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		85 551 553	89 696 090

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2022.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

MAIS Sindicato (Agregado)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	19	130 988 652	129 606 395
Subsídios à exploração	22	15 736	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(16 301 295)	(16 119 491)
Gastos com participações	20	(36 856 890)	(34 269 148)
Fornecimentos e serviços externos	21	(39 472 276)	(36 645 955)
Gastos com pessoal	22	(39 967 159)	(41 439 055)
Imparidade de dívidas a receber	13	(53 770)	(1 161 248)
Provisões	13	(51 755)	(3 271 603)
Reversões de imparidade de dívidas a receber	13	3 902 917	6 686
Reversões de provisões	13	3 394 523	6 281 405
Outros rendimentos	23	2 119 772	2 059 730
Outros gastos	24	<u>(4 063 623)</u>	<u>(1 098 524)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 654 833	3 949 192
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	<u>(4 296 236)</u>	<u>(4 784 625)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(641 402)	(835 434)
Juros e rendimentos similares	25	41 364	96 226
Juros e gastos similares suportados	26	<u>(145 088)</u>	<u>(134 110)</u>
Resultado antes de imposto		(745 127)	(873 318)
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	<u>(31)</u>	<u>(21)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(745 157)</u>	<u>(873 339)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

MAIS Sindicato (Agregado)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	2022	2021
Atividades Operacionais			
Recebimentos de Beneficiários, Sócio, Utentes e Organismos		43 344 450	45 142 862
Recebimentos de Contribuições e Quotizações		89 945 215	94 576 987
Pagamentos a Fornecedores		(55 922 466)	(51 894 284)
Pagamentos de Participações		(35 369 140)	(34 953 611)
Pagamentos ao Pessoal		(40 944 761)	(47 094 496)
Fluxo gerado pelas operações		1 053 298	5 777 457
Outros (Pagamentos) / Recebimentos Rel. At. Operacionais		664 717	(8 900)
Fluxo gerado antes de rubricas extraordinárias		1 718 014	5 768 557
Pagamentos / Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	-
Fluxo de Atividades Operacionais [1]		1 718 014	5 768 557
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		290 000	243
Participações de Capital		-	-
Juros e Rendimentos Similares		2 750	16 109
Sub-total - Recebimentos		292 750	16 352
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(750 433)	(1 315 515)
Constituição de Depósitos a Prazo	4	(2 000 000)	(1 750 000)
Fundos Compensação Trabalho	7	(14 371)	(34 386)
Sub-total - Pagamentos		(2 764 804)	(3 099 901)
Fluxo de Atividades de Investimento [2]		(2 472 054)	(3 083 549)
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Juros e Proveitos Similares		-	-
Sub-total - Recebimentos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Operações de Financiamento		-	-
Amortização de contratos locação financeira		(632 429)	(642 797)
Juros e Gastos Similares		(145 088)	(134 110)
Sub-total - Pagamentos		(777 517)	(776 907)
Fluxo de Atividades de Financiamento [3]		(777 517)	(776 907)
Variações de caixa e seus equivalentes [4]		(1 531 557)	1 908 101
Caixa e seus equivalentes - Início do exercício	4	12 434 955	10 526 854
Caixa e seus equivalentes - Fim do exercício	4	10 903 398	12 434 955

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

MAIS Sindicato (Agregado)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos Estatutários							Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
	Do regime geral	Do regime especial	Fundo sindical	Fundo greve e solidariedade	Fundo auxílio económico	Fundo lutuosa	Total			
Posição no fim do exercício de 2020	19 013 518	(1 011 366)	12 385 866	7 706 842	300 000	279 327	38 674 187	(88 560)	(7 544 397)	31 041 230
Aplicação de resultados	2 (8 659 209)	1 011 366	125 700	377 099	-	-	(7 145 045)	(399 352)	7 544 397	-
Resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	(873 339)	(873 339)
Utilização do Fundo de Greve e Solidariedade	-	-	-	(2 426)	-	-	(2 426)	-	-	(2 426)
Posição no fim do exercício de 2021	10 354 309	-	12 511 566	8 081 514	300 000	279 327	31 526 716	(487 912)	(873 339)	30 165 465
Aplicação de resultados	2 796 630	-	-	-	-	-	796 630	(1 669 969)	873 339	-
Resultado líquido do exercício de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	(745 157)	(745 157)
Utilização do Fundo de Greve e Solidariedade	-	-	-	(381)	-	-	(381)	-	-	(381)
Posição no fim do exercício de 2022	11 150 939	-	12 511 566	8 081 133	300 000	279 327	32 322 965	(2 157 882)	(745 157)	29 419 926

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações das alterações de fundos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores expressos em euros)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – MAIS Sindicato (até 08 de janeiro de 2020 denominado Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) igualmente designado por “MAIS Sindicato”, “Sindicato” ou “Entidade”, pessoa coletiva 500 825 556, criado em 30 de julho de 1975 e com sede na Rua de S. José, N.º 131, em Lisboa, desenvolve a sua atividade na defesa e promoção dos interesses profissionais, económicos, sociais e morais dos seus associados.

O MAIS Sindicato está filiado na UGT - União Geral de Trabalhadores de Portugal, na UNI – Federação Sindical Internacional da área dos serviços e na FEBASE – Federação de Sindicatos do Setor Financeiro.

O MAIS Sindicato abrange todos os trabalhadores – a nível nacional - que exerçam a sua atividade profissional em instituições de crédito, seguros e tecnologia que livremente se filiem. No final de 2022, o MAIS Sindicato contava com 34.121 sócios (34.473 em 2021), dos quais 22.352 (22.675 em 2021) se encontravam na situação de reforma.

O Sindicato para além das iniciativas que desenvolve no domínio das relações laborais, nomeadamente no que respeita à contratação coletiva de trabalho, disponibiliza um vasto leque de atividades recreativas e de ocupação dos tempos livres, gere os Serviços de Assistência Médico – Social (adiante designado por “SAMS” ou “SAMS do Sindicato”) organização prestadora de serviços de saúde e a Unidade de Serviços partilhados (adiante designado de “USP do MAIS Sindicato”) que centraliza as atividades de suporte e transversais ao Sindicato.

A atividade do MAIS Sindicato é essencialmente financiada pelas quotizações dos seus associados. Na área da ocupação dos tempos livres, o MAIS Sindicato dispõe de um Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere e de um Parque de Campismo, em Olhão. Neste domínio, proporciona também aos seus associados o aluguer de alojamentos ou a inscrição em viagens turísticas.

A atividade do SAMS, predominantemente financiada pelas contribuições das instituições de crédito e dos bancários, é desenvolvida no âmbito da saúde, consistindo na prestação de cuidados de saúde, em regime de ambulatório e de hospitalização, assistência à terceira idade, bem como na atribuição de participações e subsídios, através da prestação interna de cuidados de saúde e da participação de despesas realizados fora dos seus serviços.

O SAMS destina-se a todos os bancários (e respetivo agregado familiar) abrangidos pelos diferentes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo MAIS Sindicato e a outros utentes que pretendam usufruir dos serviços disponibilizados pelo SAMS, sendo-lhes aplicada uma tabela de preços específica. No final de 2022, o SAMS tinha 47.458 (46.109 em 2021) beneficiários titulares, dos quais 22.636 (22.901 em 2021) eram reformados, e 40.532 (41.089 em 2021) beneficiários familiares.

A USP do MAIS Sindicato centraliza as atividades de suporte, na medida que presta serviços transversais ao MAIS Sindicato, tais como os de inscrição de sócios e beneficiários e serviços de secretaria, serviços de gestão financeira e de gestão de recursos humanos, bem como os de gestão dos sistemas de informação, de estudos, planeamento e auditoria e de apoio à inovação e desenvolvimento.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Direção do MAIS Sindicato, na reunião de 17.05.2023. A Direção do MAIS Sindicato entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do MAIS Sindicato, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho que altera o Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portarias n.º 220/2015 de 24 de julho e n.º 218/2015 de 23 de julho. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), conforme definido pelo Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de junho e atualizado pelo Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, incluindo a estrutura conceptual, normas

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8259/2015, de 29 de julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do MAIS Sindicato, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Conforme evidenciado na Nota 6, os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, a software de aplicações informáticas. Este ativo é registado ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas linearmente, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis (Nota 6). A vida útil estimada é de 3 anos.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável (Nota 5).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de Vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	5 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 12
Outras ativos fixos tangíveis	3 a 4

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito da alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

d) Investimentos financeiros – outros

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido e admitido a partir de 1 de outubro de 2013 (Nota 7).

e) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda. O método de custeio dos inventários adotado pelo MAIS Sindicato consiste no custo médio ponderado.

f) Fundos Patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais englobam, de acordo com os Estatutos do MAIS Sindicato e do Regulamento de Gestão do SAMS, as Reservas que incluem os resultados transitados e o resultado líquido de exercício.

No que respeita aos Fundos e Reservas estes consubstanciam-se nos seguintes:

- Fundo Sindical - destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício.
- Fundo de Greve e de Solidariedade - a ser aplicado, exclusivamente, em auxílio a sócios cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado da adesão à greve declarada ou apoiada pelos órgãos do sindicato estatutariamente competentes. Este fundo destina-se igualmente a permitir que o Sindicato preste auxílio a sócios em situação de carência.
- Fundo de Auxílio Económico, destinado a ser utilizado no apoio a sócios e seus familiares que se encontrem em situações previstas no respetivo regulamento.
- Fundo da Lutuosa - adicionalmente, dentro das Reservas estatutárias o MAIS Sindicato regista o Fundo da Lutuosa.
- Reserva do Regime Geral – abrange todos os beneficiários do SAMS e respetivo agregado familiar, provindo os recursos financeiros essencialmente das contribuições previstas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgadas pelo MAIS Sindicato, bem como das receitas da prestação direta de serviços. As despesas deste regime englobam essencialmente as despesas de administração, as decorrentes da prestação direta de serviços, as comparticipações e os subsídios atribuídos.
- Reserva Regime Especial - também denominado por Fundo Sindical de Assistência (FSA) – abrange os beneficiários que sejam associados ou trabalhadores do MAIS Sindicato, sócios do MAIS Sindicato não beneficiários do SAMS e respetivos agregados familiares, e que para o efeito se tenham inscrito facultativamente. O FSA confere benefícios acrescidos aos do Regime Geral e outros adicionais, pelo que as suas receitas contemplam as contribuições específicas, enquanto as suas despesas incluem as comparticipações e despesas diversas no âmbito da assistência deste Fundo e as amortizações dos bens imobilizados.

De acordo com o Regulamento de Gestão do SAMS, os excedentes apurados pelo Regime Geral e pelo Regime Especial terão a aplicação que for decidida pelos órgãos próprios do MAIS Sindicato.

g) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado nos fundos patrimoniais. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

h) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, se estima que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Caixa e depósitos bancários;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Beneficiários e outros;
- Outros ativos correntes;
- Fornecedores;
- Outros passivos correntes;
- Financiamentos obtidos

A rubrica de “Beneficiários, associados e outros” inclui as dívidas dos Beneficiários do SAMS, cujos saldos são liquidados de acordo com o protocolo existente com todos os beneficiários e que consiste, essencialmente, na dedução nos salários que estes auferem, de um montante que é entregue ao SAMS pelas entidades empregadoras respetivas. O montante a deduzir é calculado tendo em conta os limites mínimos e máximos definidos anualmente pelo SAMS.

Atendendo a que estes saldos têm maturidade definida, e que os mesmos não são sujeitos a nenhuma remuneração no decorrer do período até à liquidação da dívida, o SAMS efetua um cálculo específico para refletir o justo valor destas dívidas no momento do seu registo inicial.

O apuramento do justo valor é efetuado considerando os prazos previstos para liquidação da dívida, que têm em conta o saldo em aberto e as prestações mínimas e máximas previstas nos acordos estabelecidos com os Bancos. A taxa de atualização é definida pelo custo de financiamento em prática para os empregados bancários e revista anualmente. Conforme o impacto apurado do ajustamento, é reconhecida uma dedução à rubrica de “Vendas e serviços prestados” ou um acréscimo à rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos”. O modelo de atualização do justo valor não considera a atualização da dívida com maturidade inferior a 12 meses, decorrente do reduzido nível de taxas de juro praticadas.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”. Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”. Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o MAIS Sindicato não detinha ativos e passivos registados nesta categoria.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O MAIS Sindicato desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

j) Fundo de pensões

No passado, o MAIS Sindicato assumiu a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados.

Em 2022, tal como em 2021, na sequência da realização do estudo atuarial elaborado por atuários independentes, foi apurado o valor das responsabilidades associadas ao pagamento dos complementos de pensões e custos de benefícios pós-emprego a cargo do MAIS Sindicato à data de 31 de dezembro e foi ajustado o valor da provisão (Nota 13).

Assim, os ganhos e perdas atuariais são registados na totalidade, em reservas no período em que são apurados e a responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração da posição financeira consolidada representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustada por ganhos e perdas atuariais.

k) Vendas e serviços prestados

As quotizações, as contribuições, as vendas e os serviços prestados são registados em rendimentos nas rubricas de “Vendas e serviços prestados” (Nota 19).

As quotizações correspondem a 1% a cargo dos trabalhadores que livremente se sindicalizem junto do MAIS Sindicato.

Nas receitas provenientes de contribuições distinguem-se: (i) as obrigatórias que resultam das disposições sobre assistência médica estabelecidas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo MAIS Sindicato; e (ii) as facultativas decorrentes do Fundo Sindical de Assistência (FSA), sendo ambas calculadas sobre a remuneração efetiva dos trabalhadores bancários (incluindo o Subsídio de Férias e o de Natal).

As contribuições obrigatórias, compreendem a verba correspondente a um valor definido per capita ou a um valor percentual a cargo das Instituições de Crédito e a de 1,5% a cargo dos trabalhadores. As contribuições do regime especial - FSA - correspondem a um encargo de 0,5% para todos os trabalhadores que, preenchendo os requisitos necessários, facultativamente se inscrevam nele.

De acordo com a convenção coletiva aplicável, as contribuições a cargo da entidade empregadora podem assumir duas formas: percentual com uma incidência de 6,5% sobre RME ou os valores per capita mensais. Este último é diferenciado conforme o vínculo do beneficiário titular da seguinte forma: 131,20 Euros (129,77 Euros em 2021) e 90,72 Euros (89,73 Euros em 2021) para os trabalhadores no ativo e reformados, respetivamente, e nos demais casos, essencialmente pensionistas, variam entre 19,68 Euros (19,37 Euros em 2021) e 39,26 Euros (38,83 Euros em 2021). Às contribuições mensais definidas acrescem duas prestações de igual montante a pagar nos meses de abril e novembro de cada ano.

As quotizações e contribuições são reconhecidas e registadas em proveitos no período a que respeitam (Nota 19).

As vendas e prestações de serviços são registadas em proveitos nas rubricas “Vendas e serviços prestados” (Nota 19), pelo montante não participado pelo SAMS, no que respeita aos beneficiários, e de acordo com a tabela de preços aplicável no caso dos demais utentes, no período a que dizem respeito.

l) Custos com a prestação de benefícios e participações

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica engloba a atribuição por parte do SAMS de comparticipações e subsídios a beneficiários por despesas efetuadas em instituições de saúde externas, processadas de acordo com as disposições estabelecidas no regulamento interno. Este define como regra geral de cálculo do valor das comparticipações, a verba correspondente a 80% do valor da despesa efetuada pelo beneficiário, tendo como valor máximo de incidência o previsto nas tabelas do SAMS, com exceção da assistência medicamentosa cuja comparticipação corresponde a 90% do preço de referência. As despesas decorrentes da atribuição de comparticipações e subsídios repartem-se igualmente pelos fundos especiais previstos nos estatutos do SAMS de acordo com a sua natureza.

Nesta rubrica são registados os débitos efetuados pela rede de prestadores da Advancecare – Gestão de Serviços de Saúde, SA, pelos serviços prestados aos beneficiários do SAMS, de acordo com o Contrato de Prestação de Serviços celebrado (Nota 28 a)).

Adicionalmente, são aqui registados os débitos efetuados pela Associação Nacional das Farmácias e Associação de Farmácias de Portugal, no âmbito dos acordos efetuados com o SAMS (Nota 28 b)).

Os custos com a prestação de benefícios e comparticipações são registados na demonstração dos resultados do período a que respeitam (Nota 20).

m) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

- Imparidade para contas receber: o MAIS Sindicato definiu consoante a natureza das contas a receber, a metodologia de calculo de imparidade, que visa estimar com a maior fiabilidade possível o risco de incobrabilidade associado a cada conta a receber.
- Provisões para contingências fiscais: o MAIS Sindicato estimou a possível contingência para processos judiciais em curso, com base na informação disponível sobre as liquidações adicionais e a estimativa de encargos adicionais com as mesmas.
- Provisões para pensões de reforma: o MAIS Sindicato assumiu no passado a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados. Para fazer face a essa responsabilidade o MAIS Sindicato constituiu uma provisão. No decurso do exercício de 2019 foi proferido acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça, o qual considerou inaplicável aos trabalhadores do SAMS o ACT do setor bancário e por esta razão em 2020 não foram reforçadas as provisões. Em 2021, na sequência de estudo atuarial foram estimadas as responsabilidades do MAIS Sindicato nesta matéria tendo sido registados os ajustamentos necessários. Em 2022, o MAIS Sindicato deu continuidade a estes ajustes com base na atualização do estudo atuarial e em conformidade com o normativo NCFR 28 (revisto em 2016) (Nota 3j).
- Provisões para a manutenção de benefícios SAMS: o SAMS assumiu a responsabilidade da manutenção da assistência médico social do SAMS para os bancários abrangidos por Protocolo decorrente de rescisões dos contratos de trabalho por mútuo acordo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

n) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

o) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são faturadas. As diferenças entre os montantes faturados os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se conforme se segue:

	2022	2021
Caixa	46 208	47 270
Depósitos à ordem	7 287 191	7 567 685
Depósitos a prazo (< 3 meses)	3 570 000	4 820 000
Caixa e equivalentes	10 903 398	12 434 955
Depósitos a prazo (> 3 meses)	19 250 000	17 250 000
Caixa e depósitos bancários	30 153 398	29 684 955

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de “Depósitos a prazo (> 3 meses)” no montante global de 19.250.000 Euros ” compreendia aplicações com o seguinte detalhe:

- SAMS – aplicações no total de 6.000.000 Euros com vencimentos em entre abril e novembro de 2023;
- Atividade Sindical – aplicações no total de 13.250.000 Euros a vencer entre abril e dezembro de 2023.

A rubrica de “Caixa” no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 inclui 3.786 Euros (16.532 Euros em 2021) de cauções prestadas por utentes, no âmbito da prestação de serviços clínicos cuja contrapartida se encontra refletida a crédito na rubrica de “Beneficiários, associados e outros”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2022				
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Transferências	Saldo Final
Ativo bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	12 198 238	-	(86 156)	-	12 112 082
Edifícios e outras construções	77 210 603	139 127	(328 764)	-	77 020 966
Equipamento básico	39 308 272	459 433	(38 735)	-	39 728 970
Equipamento de transporte	95 070	-	-	-	95 070
Equipamento administrativo	11 045 604	274 178	(7 718)	-	11 312 064
Outros	2 311 644	-	-	-	2 311 644
Ativos tangíveis em curso	-	143 082	-	-	143 082
	142 169 430	1 015 820	(461 373)	-	142 723 877
Depreciações acumuladas					
Terrenos e outros recursos naturais	278 864	-	-	-	278 864
Edifícios e outras construções	61 060 278	2 691 970	(255 395)	-	63 496 853
Equipamento básico	34 765 878	1 231 393	(36 381)	-	35 960 890
Equipamento de transporte	88 937	6 133	-	-	95 070
Equipamento administrativo	9 819 936	363 498	(6 361)	-	10 177 072
Outros	2 305 853	3 242	-	-	2 309 095
	108 319 745	4 296 236	(298 137)	-	112 317 845
	33 849 685	(3 280 416)	(163 236)	-	30 406 033

	2021				
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Transferências	Saldo Final
Ativo bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	12 198 238	-	-	-	12 198 238
Edifícios e outras construções	76 987 747	87 175	(843)	136 523	77 210 603
Equipamento básico	38 529 922	737 169	(205 639)	246 820	39 308 272
Equipamento de transporte	95 070	-	-	-	95 070
Equipamento administrativo	10 696 261	388 232	(38 889)	-	11 045 604
Outros	2 317 725	817	(6 899)	-	2 311 644
Ativos tangíveis em curso	288 992	94 351	-	(383 344)	-
	141 113 955	1 307 745	(252 270)	-	142 169 430
Depreciações acumuladas					
Terrenos e outros recursos naturais	278 864	-	-	-	278 864
Edifícios e outras construções	58 336 285	2 724 337	(344)	-	61 060 278
Equipamento básico	33 354 039	1 614 725	(202 887)	-	34 765 878
Equipamento de transporte	81 309	7 628	-	-	88 937
Equipamento administrativo	9 423 838	432 545	(36 447)	-	9 819 936
Outros	2 307 362	5 390	(6 899)	-	2 305 853
	103 781 696	4 784 626	(246 577)	-	108 319 745
	37 332 259	(3 476 881)	(5 693)	-	33 849 685

Nas adições do exercício de 2022, salientam-se os seguintes investimentos:

- Na rubrica de “Edifícios e outras construções” o investimento realizado em Caldeira de Aquecimento e no Sistema de *Sprinklagem*, ambos adquiridos para o Hospital;
- Em termos de “Equipamento básico” salienta-se a aquisição de, entre outros, diversos equipamentos para o Serviço de Estomatologia do Centro Clínico bem como diversos equipamentos para o Hospital (Detetor plano digital de RX, Ressetoscópio e Gerador Verapoint, Ventilador com Humidificador);
- E no âmbito do “Equipamento administrativo” o SADI (Sistema automático de deteção de incêndio) para a Sede do Sindicato e um gerador de emergência para o Centro Clínico para além de mobiliário e equipamentos informáticos para diversos serviços.

Nas diminuições de 2022, salienta-se a alienação do Edifício clínico em Setúbal, que havia sido adquirido em 1989.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nas adições do exercício de 2021, salientam-se nas rubricas de “Edifícios e outras construções” o investimento na remodelação dos gabinetes de ortodontia e na de “Equipamento básico” a aquisição de, entre outros, diversos equipamentos (angiógrafo, aparelho de tomografia, ecógrafo e retinógrafo) para o Centro Clínico, um Chiller para o Hospital e os equipamentos instalados no âmbito do projeto de eficiência energética cuja segunda fase se encontrava em cursos desde 2020.

Nas diminuições salienta-se a alienação de uma máquina de circulação extracórpore que havia sido adquirida em 2010.

Os investimentos em curso que correspondiam essencialmente à segunda fase do projeto de climatização e eficiência energética do Hospital do SAMS que foi concluída em 2021 foram transferidos para firme nesse ano.

6. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

		2022		
		Saldo Inicial	Abates	Saldo Final
Ativo Bruto				
Projetos de desenvolvimento		4 360 557	(2 990)	4 357 567
		4 360 557	(2 990)	4 357 567
Amortizações				
Projetos de desenvolvimento		4 360 557	(2 990)	4 357 567
		4 360 557	(2 990)	4 357 567
		-	-	-
		2021		
		Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Ativo Bruto				
Projetos de desenvolvimento		4 360 557	-	4 360 557
Ativos intangíveis em curso		-	-	-
		4 360 557	-	4 360 557
Amortizações				
Projetos de desenvolvimento		4 360 557	-	4 360 557
Ativos intangíveis em curso		-	-	-
		4 360 557	-	4 360 557
		-	-	-

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As verbas entregues ao Fundo de Compensação do Trabalho, encontram-se registadas na rubrica de “Participações financeiras”, tendo sido efetuados nos exercícios de 2022 e 2021, os seguintes movimentos:

	Saldo em 31-12-2020	Dotações	Saldo em 31-12-2021	Dotações	Saldo em 31-12-2022
Fundo Compensação Trabalho	117 719	34 386	152 105	14 371	166 476
	117 719	34 386	152 105	14 371	166 476

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Inventários” apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Produtos farmacêuticos	1 174 509	1 179 254
SAMS Optical - Lojas de ótica	340 939	459 196
SAMS Pharma - Loja de parafarmácia	135 293	129 489
Armazéns Centrais e pisos - materiais de uso clínico e diversos	2 739 154	3 145 451
	<u>4 389 895</u>	<u>4 913 389</u>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Existência Inicial	4 913 389	5 559 650
Compras	15 869 613	15 576 273
Regularizações	91 812	103 044
Existência Final	<u>4 389 895</u>	<u>4 913 389</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>16 301 295</u>	<u>16 119 491</u>

9. BENEFICIÁRIOS E OUTROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022		
	Dívida	Imparidade (Nota 13)	Total
<u>Não corrente</u>			
Beneficiários	1 078 552	(989 968)	88 584
Beneficiários de Cobrança Duvidosa	1 633 001	(1 633 001)	-
Atualização da dívida de Creben (Nota 3 i))	(28 978)	-	(28 978)
	<u>2 682 575</u>	<u>(2 622 969)</u>	<u>59 605</u>
<u>Corrente</u>			
Beneficiários	5 235 972	-	5 235 972
Sócios e outros	475 428	-	475 428
Sócios e outros de cobrança duvidosa	91 513	(89 972)	1 541
Utentes	1 328 974	(672 302)	656 672
Utentes de Cobrança Duvidosa	1 475 424	(1 475 424)	-
Organismos	8 288 320	(3 885 830)	4 402 490
Organismos de Cobrança Duvidosa	387	(387)	-
Diversos	(391 519)	-	(391 519)
	<u>16 504 499</u>	<u>(6 123 914)</u>	<u>10 380 585</u>
	<u>19 187 074</u>	<u>(8 746 884)</u>	<u>10 440 190</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2021		
	Dívida	Imparidade (Nota 13)	Total
<u>Não corrente</u>			
Beneficiários	1 156 990	(1 018 485)	138 505
Beneficiários de Cobrança Duvidosa	1 635 960	(1 634 389)	1 571
<i>Atualização da dívida de Creben (Nota 3 i))</i>	(33 619)	-	(33 619)
	2 759 331	(2 652 874)	106 457
<u>Corrente</u>			
Beneficiários	5 781 773	-	5 781 773
Sócios e outros	297 819	(3 320)	294 499
Sócios e outros de cobrança duvidosa	91 761	(89 972)	1 789
Utentes	1 253 188	(712 902)	540 286
Utentes de Cobrança Duvidosa	1 381 053	(1 381 053)	-
Organismos	11 995 166	(7 755 523)	4 239 643
Organismos de Cobrança Duvidosa	387	(387)	-
Diversos	(218 653)	-	(218 653)
	20 582 494	(9 943 157)	10 639 337
	23 341 825	(12 596 031)	10 745 794

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10. IMPOSTOS

Na rubrica de “Provisões – Processos fiscais em curso” inclui-se o processo de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) relativo ao exercício de 2002 do qual resultaram, na sequência de inspeção fiscal realizada em anos anteriores, liquidações adicionais no montante aproximado de 2.000.000 Euros.

Em 25 de fevereiro de 2009, o MAIS Sindicato foi notificado pela Administração Tributária do deferimento parcial deste processo, na parte contestada de 590.647 Euros e inerentes juros compensatórios, por ter ocorrido o prazo de caducidade na data de liquidação adicional do imposto.

Em 1 de outubro de 2013, foi o MAIS Sindicato notificado da Sentença proferida, em 27 de setembro de 2013, nos termos da qual é julgada parcialmente procedente (em cerca de 80%) a impugnação judicial deduzida respeitante ao ano de 2002 – IVA correções aritméticas. O MAIS Sindicato recorreu desta decisão na parte considerada improcedente. Tendo sido notificado da interposição de recurso pela Fazenda Pública, o MAIS Sindicato aguarda decisão.

A rubrica de “Provisões – Processos fiscais em curso” inclui igualmente o processo de impugnação judicial de Imposto Municipal sobre Imóveis IMI e juros compensatórios, no valor de 110.110 Euros, sobre o qual foi prestada garantia no valor de 91.271 Euros (Nota 27).

Adicionalmente, refere-se o processo de Imposto sobre o Valor Acrescentado respeitante aos exercícios 2000 e 2001, no qual foi efetuada, por parte da Autoridade Tributária, compensação de valores, no montante de 266.308 Euros (valor que nas contas do MAIS Sindicato ainda se encontra como “IVA Reembolsos Pedidos”), tendo o valor remanescente deste processo sido liquidado no âmbito do Regime Especial de Regularização de Dívidas (RERD - Decreto-Lei n.º 151 – A/2013, de 31 de outubro) (Nota 15). O processo encontra-se impugnado judicialmente a aguardar decisão.

Por fim, no âmbito do RERD foi liquidada, no exercício de 2013, a quantia de 2.248.123 Euros correspondente a processos impugnados judicialmente, a saber: IVA 2000/2001, IVA/2002 - métodos indiretos e os de IRC respeitantes aos exercícios de 2003 a 2006. Na sequência do seu pagamento, as garantias correspondentes a estes processos foram canceladas, por instrução da Autoridade Tributária. Importa referir que em 2020 o Sindicato recebeu do Estado o reembolso do IRC relativo a 2003, que havia sido pago no final de 2013, no valor de 401.094 Euros, bem como juros no valor total de 108.850 Euros, sendo que em 2021 foram recebidos 134.446 Euros relativos a juros indemnizatórios que se encontram registados como “Restituição de Impostos” (Nota 23) e em 2022 foram recebidos 164.918 Euros correspondentes a “Restituição de Gastos com Garantias” (Nota 23).

Assim, para fazer face às contingências fiscais, nos exercícios de 2022 e 2021, mantiveram-se as seguintes Provisões para Processos Fiscais, cujo montante se detalha por ano e natureza de imposto (Nota 13):

Processo Fiscal		Saldos em	Reforço	Saldos em	Reforço	Saldos em
Ano	Natureza	31/12/2020	Provisão	31/12/2021	Provisão	31/12/2022
2002	IVA	1 356 335	-	1 356 335	-	1 356 335
2010	IMI	110 110	-	110 110	-	110 110
		1 466 445	-	1 466 445	-	1 466 445
Dívida Estado Outros Entes Públicos (IVA 2000/01)		266 308	-	266 308	-	266 308
		1 732 753	-	1 732 753	-	1 732 753

Em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado e na sequência de Despacho do Senhor Secretário do Estado dos Assuntos Fiscais em funções em dezembro de 2007, a partir de 1 de janeiro de 2008, aplicou-se à atividade de prestação de serviços de saúde e aos serviços prestados no Lar de Idosos o regime de isenção, mantendo-se sujeita a atividade realizada na Loja de Ótica e na Parafarmácia, na esfera do SAMS, e o aluguer de apartamentos e circuitos turísticos na Atividade Sindical.

Na sequência de notificação da Autoridade Tributária em 2016 e 2017, relativamente aos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, foi realizada ação de inspeção no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado, tendo sido liquidado o valor de 547.044 Euros, respeitante a deduções indevidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O MAIS Sindicato para efeitos da determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) apresenta à Administração Tributária declaração que corresponde à integração das declarações fiscais individuais das atividades desenvolvidas que, para além do SAMS, englobam a USP do MAIS Sindicato.

A taxa de IRC aplicável, de acordo com o n.º 4 do art.º 80º do Código do IRC, é de 21,5%.

Na sequência da Reforma do Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC), efetuada pela Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, especificamente no que respeita ao n.º 7 do artigo 53º do CIRC, tal como ocorrido em relação ao exercício de 2021, também relativamente a 2022 não há lugar a pagamento de imposto dado que o valor das retenções efetuadas pelos bancos é superior ao valor das Tributação Autónomas apuradas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais do MAIS Sindicato (onde se reflete a atividade do SAMS e da USP do MAIS Sindicato) dos anos de 2018 a 2022 ainda poderão vir a ser sujeitas a revisão (a partir de 2019, no que respeita ao IVA).

A Direção do MAIS Sindicato está convicta de que as eventuais revisões daquelas declarações fiscais por parte das autoridades fiscais não terão um efeito materialmente relevante sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

11. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta a seguinte composição:

	2022		
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 13)	Valor Líquido
Ministério da Saúde (ACSS)	11 357 443	(11 357 443)	-
Serviço Regional de Saúde Madeira	1 728 291	-	1 728 291
Outras dívidas	203 093	(100 000)	103 093
	<u>13 288 827</u>	<u>(11 457 443)</u>	<u>1 831 384</u>
Contribuições a receber			
Das Instituições de Crédito	5 179 879	-	5 179 879
De Individuais	267	-	267
Quotizações a receber			
Das Instituições de Crédito	296 851	-	296 851
De Individuais	-	-	-
	<u>5 476 997</u>	<u>-</u>	<u>5 476 997</u>
Pessoal			
Adiantamento Pessoal	-	-	-
Outros	706 508	-	706 508
	<u>706 508</u>	<u>-</u>	<u>706 508</u>
Devedores Fundo Auxílio Económico	109 019	(24 905)	84 114
Devedores Fundo Auxílio Económico - Despesas Escolares	158 463	-	158 463
INETESE	70 514	(70 514)	-
UGT	10 899	-	10 899
Outros devedores	36 801	-	36 801
Acréscimo de Rendimentos	927 052	-	927 052
	<u>20 785 080</u>	<u>(11 552 862)</u>	<u>9 232 218</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2021		
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 13)	Valor Líquido
Ministério da Saúde (ACSS)	11 357 443	(11 357 443)	-
Serviço Regional de Saúde Madeira	1 728 291	-	1 728 291
Outras dívidas	191 663	(100 000)	91 663
	<u>13 277 397</u>	<u>(11 457 443)</u>	<u>1 819 954</u>
Contribuições a receber			
Das Instituições de Crédito	5 064 520	-	5 064 520
De Individuais	267	-	267
Quotizações a receber			
Das Instituições de Crédito	336 169	-	336 169
De Individuais	-	-	-
	<u>5 400 955</u>	<u>-</u>	<u>5 400 955</u>
Pessoal			
Adiantamento Pessoal	388	-	388
Outros	672 911	-	672 911
	<u>673 299</u>	<u>-</u>	<u>673 299</u>
Devedores Fundo Auxílio Económico	142 597	(24 905)	117 692
Devedores Fundo Auxílio Económico - Despesas Escolares	117 961	-	117 961
INETESE	70 514	(70 514)	-
UGT	19 038	-	19 038
Outros devedores	3 529	-	3 529
Acréscimo de Rendimentos	1 322 440	-	1 322 440
	<u>21 027 730</u>	<u>(11 552 862)</u>	<u>9 474 868</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Ministério da Saúde (ACSS) respeita ao montante a receber do Ministério da Saúde no âmbito do protocolo que vigorou até 31.12.2008, estando pendentes 11.357.443 Euros respeitantes ao diferencial entre os valores debitados e os recebidos da ACSS, desde 2007, inclusive. Esta dívida encontra-se integralmente ajustada de forma a cobrir integralmente o risco de eventual não recebimento das divergências descritas anteriormente.

Com efeitos à data de 1 de março de 2010, foi denunciado, por iniciativa do Governo Regional da Madeira, o Protocolo celebrado em 2006 entre o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRSM) e o SAMS. Posteriormente, em novembro de 2014, foram liquidados os débitos respeitantes a 2007 e ao 2.º semestre de 2008, no montante global de 1.682.520 Euros, deduzidos dos valores em dívida pelo SAMS no montante de 1.062.851 Euros. Em 31.12.2022 e 31.12.2021, o saldo em dívida é de 1.728.291 Euros.

Durante o exercício económico de 2022, no âmbito do Fundo de Auxílio Económico criado para apoio às despesas escolares, foram disponibilizados 163 apoios (127 em 2021), no montante global de 196.589 Euros (117.960 Euros em 2021). O valor do apoio e o período de restituição, depende do nível de escolaridade a que se destina e poderá ser no máximo 1.200 Euros e 12 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2022, encontrava-se em dívida o valor correspondente a 158.463 Euros (117.961 Euros em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, encontrava-se em dívida o montante de 70.514 Euros, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o INETESE (Nota 28 e)). Esta dívida foi integralmente ajustada, na medida em que o INETESE se encontra em processo especial de revitalização.

Na rubrica de “Acréscimos de rendimentos” encontram-se reconhecidos os rendimentos, no montante de 927.052 Euros (1.322.440 em 2021) provenientes, essencialmente, da atividade clínica realizada no exercício de 2022, mas cuja faturação ocorrerá no exercício de 2023.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

De acordo com o Regulamento de Gestão do SAMS, o saldo de cada exercício terá a aplicação que for decidida pelos órgãos próprios do Sindicato (Nota 3 f)).

	2022	2021
Do regime geral	11 150 939	10 354 309
Do regime especial	-	-
Fundo Sindical	12 511 566	12 511 566
Fundo Greve e Solidariedade	8 081 133	8 081 514
Fundo de Auxílio Económico	300 000	300 000
Fundo da Lutuosa	279 327	279 327
	<u>32 322 965</u>	<u>31 526 716</u>
Resultados Transitados	1 042 719	2 712 688
Resultados Transitados - SNC	<u>(3 200 601)</u>	<u>(3 200 601)</u>
	<u>(2 157 882)</u>	<u>(487 912)</u>
	<u>30 165 083</u>	<u>31 038 804</u>

13. IMPARIDADES E PROVISÕES

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades e provisões:

	Saldos em 31-12-2021	Reforços	Reversões	Utilizações	Dotações	Saldos em 31-12-2022
Imparidade de dívidas de beneficiários, associados e outros (Nota 9):						
Dívidas de Beneficiários e sócios	2 656 194	-	(33 224)	-	-	2 622 970
Dívidas de Utentes	2 093 956	53 770	-	-	-	2 147 726
Dívidas de Organismos	7 755 910	-	(3 869 693)	-	-	3 886 217
Dívidas de associados contencioso	324	-	-	-	-	324
Outras dívidas de terceiros	89 647	-	-	-	-	89 647
	<u>12 596 031</u>	<u>53 770</u>	<u>(3 902 917)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 746 884</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 11):						
Ministério da Saúde (ACSS)	11 357 443	-	-	-	-	11 357 443
Outras Dívidas	195 419	-	-	-	-	195 419
	<u>11 552 862</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11 552 862</u>
	<u>24 148 894</u>	<u>53 770</u>	<u>(3 902 917)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20 299 746</u>
Provisões						
Pensões de Reforma (Nota 3 j))	18 218 841	-	(3 155 592)	(727 264)	-	14 335 985
Processos Fiscais em Curso (Nota 10)	1 732 753	-	-	-	-	1 732 753
Manutenção de Benefícios SAMS (Nota 28 j))	12 351 414	-	-	(161 924)	460 026	12 649 516
Complementaridade	214 729	-	(30 352)	-	-	184 378
Outros Riscos e Encargos	1 890 061	51 755	(208 580)	-	-	1 733 237
	<u>34 407 799</u>	<u>51 755</u>	<u>(3 394 523)</u>	<u>(889 188)</u>	<u>460 026</u>	<u>30 635 868</u>
Total de Imparidades e Provisões	<u>58 556 693</u>	<u>105 525</u>	<u>(7 297 440)</u>	<u>(889 188)</u>	<u>460 026</u>	<u>50 935 615</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Saldos em 31-12-2020	Reforços	Reversões	Utilizações	Dotações	Saldos em 31-12-2021
Imparidade de dívidas de beneficiários, associados e outros (Nota 9):						
Dívidas de Beneficiários e sócios	2.659.370	4.725	(6.686)	(1.215)	-	2.656.194
Dívidas de Utentes	1.964.090	129.866	-	-	-	2.093.956
Dívidas de Organismos	6.729.253	1.026.657	-	-	-	7.755.910
Dívidas de associados contencioso	324	-	-	-	-	324
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	-	89.647
	<u>11.442.684</u>	<u>1.161.248</u>	<u>(6.686)</u>	<u>(1.215)</u>	<u>-</u>	<u>12.596.031</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 11):						
Ministério da Saúde (ACSS)	11.357.443	-	-	-	-	11.357.443
Outras Dívidas	198.470	-	-	(3.051)	-	195.419
	<u>11.555.913</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.051)</u>	<u>-</u>	<u>11.552.862</u>
	<u>22.998.597</u>	<u>1.161.248</u>	<u>(6.686)</u>	<u>(4.265)</u>	<u>-</u>	<u>24.148.894</u>
Provisões						
Pensões de Reforma (Nota 3 j))	20.789.970	3.254.672	(5.064.255)	(761.547)	-	18.218.840
Processos Fiscais em Curso (Nota 10)	1.732.753	-	-	-	-	1.732.753
Manutenção de Benefícios SAMS (Nota 28 j))	8.284.448	-	-	(7.483)	4.074.450	12.351.415
Complementaridade	197.798	16.931	-	-	-	214.729
Outros Riscos e Encargos	3.107.212	-	(1.217.150)	-	-	1.890.062
	<u>34.112.181</u>	<u>3.271.603</u>	<u>(6.281.405)</u>	<u>(769.030)</u>	<u>4.074.450</u>	<u>34.407.799</u>
Total de Imparidades e Provisões	<u>57.110.778</u>	<u>4.432.852</u>	<u>(6.288.091)</u>	<u>(773.295)</u>	<u>4.074.450</u>	<u>58.556.693</u>

a) Imparidades

Em 2022 houve uma reversão na “Imparidade de dívidas de organismos” no valor de 3.869.693 Euros (No exercício de 2021, tinha sido registado um reforço total de 1.026.657 Euros), sendo a maior parte do valor desta reversão devido a regularizações de saldos relativamente aos quais foram emitidas notas de crédito que se encontram incluídas na rubrica “Outros gastos” (Nota 24).

b) Pensões de reforma

Para fazer face à responsabilidade de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma assumidas pela Segurança Social, o MAIS Sindicato tem uma provisão para “Pensões de reforma”. As responsabilidades associadas a esta provisão têm por base um estudo atuarial (Nota 3), elaborado por atuários independentes e devidamente credenciados para o efeito. No final dos trabalhos é formalmente entregue um Relatório Atuarial.

A 31 de dezembro de 2022 a provisão para “Pensões de reforma” ascendia a 14.335.985 Euros (18.218.840 Euros em 2021). Este valor final, resulta em termos líquidos de uma reversão de provisão no valor de 3.155.592 Euros e de uma utilização da imparidade no montante de 727.264 Euros (Nota 13). A oscilação da taxa de desconto subjacente ao Relatório Atuarial, justifica esta volatilidade. Em 2022 a taxa de desconto utilizada foi de 4,00% (1,00% em 2021).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estes estudos utilizaram os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

Pressupostos Avaliação	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	4,00%	1,00%
Tábua de mortalidade	Masculina: TV 88/90 (-1 ano) Feminina: TV 99/01 (-2 anos)	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	AVK80
Idade Normal de Reforma por velhice (IRN)	65 anos (admissões até 31.12.2008) 67* anos (restante população e RGSS)	65 anos (admissões até 31.12.2008) 67* anos (restante população e RGSS)
Número de pagamentos de pensões por ano	14 pagamentos	14 pagamentos
Taxa de crescimento das pensões	0,5%	0,5%
Taxa de crescimento dos salários	0,75%	0,75%
Taxa anual de revalorização salários S.S.		
nº 1 do Artigo 27º	0,45%	0,45%
nº 2 do Artigo 27º	0,55%	0,55%
Serv. Assist. Médico-Social (custo anual <i>per capita</i> após a reforma)	893,45 €	
Percentagem de casados	80%	80%
Diferença etária entre cônjuges	3 (homem mais velho)	3 (homem mais velho)
Reversibilidade	40%	40%
Idade limite para o pagamento de pensões temporárias (benefício de orfandade)	24 anos	24 anos

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios pós emprego definidos evoluiu da seguinte forma:

31/12/2022		Respons.	Activos de	Ganhos e Perdas	Provisão
		Serv. Passados	Cobertura	actuariais	líquida
	1 de Janeiro	18 218 841	0	0	18 218 841
Custo dos serviços correntes		176 462			176 462
Custo dos juros		175 882			175 882
	Custo líquido do exercício				352 344
Contribuições da empresa			0		0
Benefícios pagos		-727 265	0		-727 265
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Alt. Pressupostos Financeiros		-5 072 745		0	-5 072 745
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Alt. Pressupostos Demográficos		2 201 885		0	2 201 885
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Experiência		-637 075	0	0	-637 075
	31 de Dezembro	14 335 985	-	-	14 335 985

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31/12/2021

	Respons. Serv. Passados	Activos de Cobertura	Ganhos e Perdas actuariais	Provisão líquida
1 de Janeiro	15 855 179	0	0	15 855 179
Custo dos serviços correntes	174 715			174 715
Custo dos juros	184 899			184 899
Custo de Serviços Passados	3 265 293			3 265 293
Custo líquido do exercício				3 624 907
Contribuições da empresa		0		0
Benefícios pagos	-761 546	0		-761 546
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Alt. Pressupostos Financeiros	0		0	0
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Alt. Pressupostos Demográficos	0			0
OCI: Ganhos e Perdas actuariais - Experiência	-499 699	0	0	-499 699
31 de Dezembro	18 218 841	-	-	18 218 841

c) Processos fiscais em curso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para contingências fiscais relativa a processos fiscais em curso (Nota 10) apresenta o saldo de 1.732.753 Euros.

d) Protocolos manutenção benefícios SAMS

No exercício de 2022, no âmbito dos Protocolos celebrado entre o MAIS Sindicato e o Banco Comercial Português, o Novo Banco, a Oitante o Banco do Brasil, o Montepio, a Parvalorem e o Banco Santander a provisão de “Manutenção de benefícios SAMS” foi dotada no montante de 460.026 Euros (4.074.450 Euros em 2021) e sofreu uma utilização (correspondente aos valores recebidos relativamente a Beneficiários excluídos do Plano de Benefícios) de 161.925 Euros (7.483 Euros em 2021) registada por contrapartida da rubrica “Vendas e serviços prestados”. O saldo desta provisão em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ascendia a 12.649.516 Euros e 12.351.415 Euros, respetivamente (Nota 28 j).

e) Complementaridade

No exercício de 2022, na medida em que a Convenção celebrada com a ADSE manteve o recurso ao regime da complementaridade obrigatória aos âmbitos de assistência médica não cobertos pela referida Convenção, a provisão para Complementaridade continuou a existir tendo sido reduzida em 30.352 Euros enquanto em 2021 havia sido reforçada pelo montante de 16.931 Euros, apurando-se o saldo a 31 de dezembro de 2022 de 184.377 Euros (214.729 Euros, em 2021). Esta provisão tem por objetivo fazer face aos custos decorrentes de pedidos de comparticipação de beneficiários que utilizam simultaneamente outros sistemas de saúde.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecedores” apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores correntes	5 787 621	6 064 697
Faturas em conferência	113 125	114 248
Outros	-	-
	5 900 747	6 178 945

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2022	2021
Saldos devedores		
IRC - Retenções na Fonte	7 318	12 490
IRC - Tributações Autónomas	(31)	(21)
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	285 237	271 915
	<u>292 525</u>	<u>284 385</u>
Saldos credores		
Segurança Social	655 083	705 376
IRS - Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	381 504	418 500
IRC - Retenções na Fonte	2 069	2 060
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	103 249	82 065
	<u>1 141 905</u>	<u>1 208 002</u>

Em 31 de dezembro de 2022, foi efetuada estimativa de IRC, contudo, na sequência da Reforma do Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC), efetuada pela Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, nomeadamente no que respeita ao n.º 7 do artigo 53º do CIRC, em 2022 e 2021 não houve lugar a pagamento de imposto para além do relativo a tributações autónomas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos devedores, incluem o montante de 266.308 Euros, de valores indevidamente compensados, por iniciativa da Autoridade Tributária, no processo de IVA 2000/2001. Decorrente da incerteza quanto à sua recuperabilidade foi constituída provisão na sua totalidade (Notas 10 e 13).

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Locações Financeiras		
Leasing de Equipamento	1 336 709	1 964 663
	<u>1 336 709</u>	<u>1 964 663</u>
Mensalidades a CP (< 1 ano)	544 183	639 641
Mensalidades a MLP	792 526	1 325 022
	<u>1 336 709</u>	<u>1 964 663</u>

O saldo da rubrica “Locações Financeiras” refere-se a valores em dívida ao Crédito Especializado Santander Totta e ao Banco BPI, no âmbito de contratos de locação financeira celebrados com estas entidades. Do montante total em dívida em 31 de dezembro de 2022, 792.526 Euros (1.325.022 Euros, em 2021) respeita a prestações de capital que se vencem a mais de um ano.

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outros passivos correntes” apresenta a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2022	2021
Entidades públicas	34 882	26 015
Entidades privadas	2 776 184	2 655 173
Farmácias	914 107	886 219
	<u>3 725 173</u>	<u>3 567 407</u>
Acréscimo de Gastos		
Remunerações a liquidar	5 199 577	5 390 465
Trabalhos clínicos especializados e fornecimentos clínicos (Nota 21)	1 760 451	2 090 555
Advancecare (Nota 20 e Nota 28 a))	2 157 544	2 079 583
Médicos (Nota 20)	2 187 703	918 437
Honorários clínicos (Nota 21)	256 356	219 054
Associação Nacional das Farmácias (Nota 20 e Nota 28 b))	131 878	109 513
Outros	638 643	561 494
	<u>12 332 152</u>	<u>11 369 102</u>
Fornecedores de Investimento	413 247	152 337
Lutuosa	336 911	289 170
Outros	308 914	393 199
	<u>17 116 398</u>	<u>15 771 216</u>

A rubrica “Outros passivos correntes” engloba o seguinte:

- A 31 de Dezembro de 2022, os “Acréscimos de gastos” incluem o montante de 5.199.577 Euros (5.390.465 Euros em 2021) respeitante ao reconhecimento da responsabilidade com férias e subsídio de férias dos seus trabalhadores;
- O montante de 1.760.451 Euros (2.090.555 Euros em 2021) respeitantes a serviços prestados pelos médicos do Hospital e Centro Clínico e outros fornecimentos e serviços clínicos externos.
- O montante de 2.157.544 Euros correspondente aos serviços prestados em 2022 (2.079.583 Euros, em 2021) pela Rede de Prestadores Convencionados da Advancecare que ainda não foram apresentados ao SAMS, no contexto do Contrato de Prestação de Serviços celebrado (Nota 28 a));
- O montante de 2.187.703 Euros (918.437 Euros, em 2021) correspondente aos serviços prestados em 2022 pela Rede de Prestadores Convencionados da Médicos que ainda não foram apresentados ao SAMS.
- O montante de 131.878 Euros correspondente às faturas do mês de dezembro de 2022 da Associação Nacional de Farmácias (109.513 Euros, em 2021, respeitante ao mês de dezembro), no âmbito do protocolo estabelecido (Nota 28 b));
- O montante de 256.356 Euros (219.054 Euros em 2021) essencialmente de honorários clínicos a pagar.
- O montante de 638.643 Euros (561.494 Euros em 2021) inclui participações diretas cujo prazo de entrega para efeitos de participação é de 90 dias, no montante de 500.000 Euros (450.000 Euros em 2021) (Nota 20).
- O montante de 308.914 Euros (393.199 Euros em 2021) corresponde essencialmente a participações relativas a novembro e dezembro de 2022 cujo pagamento ocorreu em janeiro de 2023.

18. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Diferimentos” ativa apresenta o saldo de 470 818 Euros (590.909 Euros em 2021) respeitante à utilização de software e outros serviços da Microsoft relativos a anos subsequentes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, rubrica “Vendas e serviços prestados” apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Contribuições		
Instituições de Crédito	65 104 250	63 782 488
Bancários - Regime Geral	15 446 617	16 633 381
Bancários - Regime Especial	3 560 751	3 622 696
	<u>84 111 618</u>	<u>84 038 565</u>
Quotizações	5 613 597	5 738 245
Outras	-	-
	<u>5 613 597</u>	<u>5 738 245</u>
Subtotal	<u>89 725 214</u>	<u>89 776 810</u>
Vendas de Mercadorias		
Beneficiários Regime Geral	2 830 019	3 103 608
Beneficiários Regime de Complementaridade	309 843	298 783
Outros Utentes	1 424 978	1 248 477
Subtotal	<u>4 564 840</u>	<u>4 650 868</u>
Prestação de serviços clínicos		
Beneficiários Regime Geral	18 139 732	17 043 465
Beneficiários Regime de Complementaridade	1 637 845	1 639 193
Outros Utentes	14 942 382	15 163 332
	<u>34 719 959</u>	<u>33 845 991</u>
Prestação de serviços de lazer		
Organização de circuitos turísticos	171 610	3 775
Exploração hoteleira e similar	255 367	190 998
Campismo e caravanismo	1 547 488	1 137 448
	<u>1 974 465</u>	<u>1 332 221</u>
Outras Prestações de Serviços	4 173	505
	<u>4 173</u>	<u>505</u>
Subtotal	<u>36 698 597</u>	<u>35 178 717</u>
Total	<u>130 988 652</u>	<u>129 606 395</u>

A rubrica “Contribuições”, no exercício de 2022, tal como no de 2021, engloba as receitas provenientes do IRCT, para as Instituições de Crédito aderentes (Nota 3 k)).

A rubrica de “Prestação de serviços clínicos” inclui os rendimentos provenientes da prestação de serviços de saúde e inclui a Convenção celebrada com a ADSE (Nota 28 i)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. GASTOS COM COMPARTICIPAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Gastos com participações” apresenta o seguinte detalhe:

	2022	2021
Comparticipações do regime geral		
- Exames auxiliares de diagnóstico	7 947 967	7 575 809
- Assistência medicamentosa	5 259 901	5 093 736
- Intervenções clínicas	5 299 025	4 508 098
- Consultas médicas	4 015 819	3 663 523
- Tratamentos médicos	4 021 143	3 735 977
- Assistência medicamentosa - estabelecimentos privados	1 681 822	1 643 321
- Material diverso em internamento	867 434	1 351 708
- Assistência hospitalar	2 642 698	2 093 872
- Próteses oculares	1 165 277	1 143 166
- Próteses dentárias	691 310	672 547
- Outras	809 144	612 406
	<u>34 401 539</u>	<u>32 094 164</u>
Comparticipações do regime especial		
- Assistência de idosos/inválidos em lares	367 819	388 508
- Subsídio materno-infantil	82 760	94 040
- Assistência descendentes com mais de 24 anos	110 969	114 483
- Assistência a deficientes	34 706	36 455
- Termalismo	72 262	60 531
- Outros	177 692	175 565
	<u>846 208</u>	<u>869 583</u>
Complementaridade	<u>1 609 143</u>	<u>1 305 401</u>
	<u>36 856 890</u>	<u>34 269 148</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de “Gastos com participações” inclui o montante de 5.079.770 Euros (3.592.019 Euros, em 2021) de acréscimos de gastos (Nota 17).

A rubrica de “Gastos com participações” inclui 14.681.728 Euros e 13.508.201 Euros em 2022 e 2021, respetivamente, relativamente ao contrato celebrado com a Advancecare (Nota 28 a)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Subcontratos:		
Análises laboratoriais (Nota 28 h))	1 978 438	2 303 788
Serviços de limpeza	1 790 944	1 693 163
Manutenção de instalações e equipamento	1 672 048	1 675 340
Próteses dentárias	1 425 627	1 130 197
Hemodiálise (Nota 28 c))	1 347 708	1 359 469
Subcontratos informaticos	1 125 172	1 144 624
Serviços de restauração	943 660	858 527
Esterilização (Nota 28 g))	864 489	837 911
Oncologia (Nota 28 f))	796 491	561 480
Próteses auditivas	703 394	714 853
Serviços de segurança	601 176	551 586
Gestão de atendimento	596 339	578 713
Subcontratos lazer	283 886	103 078
Serviços de lavandaria	277 584	278 425
Tratamento residuos hospitalares	175 203	185 500
Transporte de doentes	31 764	42 055
Outros	27 357	18 988
	14 641 278	14 037 699
Trabalhos especializados clínicos	11 464 484	10 710 250
Honorários clínicos	2 445 193	1 946 882
Eletricidade	2 167 317	1 641 465
Conservação e reparação	1 479 312	1 512 466
Gestão entidades conv. AdvanceCare (Nota 28 a))	1 171 811	1 200 243
Trabalhos especializados informáticos	1 007 701	820 296
Trabalhos especializados outros	778 367	729 053
Outros fluídos	776 241	292 479
Rendas e alugueres	495 186	493 438
Honorários outros	458 774	618 937
Comunicação	415 772	453 958
Gestão entidades conv. Médis	366 594	410 817
Água	250 963	209 410
Deslocações, estadas e transporte	250 269	128 707
Seguros	211 999	190 352
Trabalhos especializados tipográficos	171 962	168 675
Contencioso	166 508	227 886
Materiais	131 064	139 352
Combustíveis	128 072	104 607
Limpeza, higiene e conforto	113 846	126 675
Publicidade e propaganda	44 893	28 382
Outros	270 063	409 882
	24 766 388	22 564 211
Despesas com órgãos sociais	64 610	44 045
	39 472 276	36 645 955

Nas rubricas de “Subcontratos” e de “Trabalhos especializados” de natureza clínica são registados as despesas com tratamentos clínicos especializados, bem como com as entidades prestadoras de serviços médicos, incluindo o montante de 1.760 451 Euros de acréscimo de gastos (2.090.555 Euros em 2021) (Nota 17).

A rubrica de “Honorários Clínicos” inclui acréscimo de gastos no montante de 256.356 Euros (219.054 Euros em 2021) de custos com serviços médicos prestados por profissionais de saúde subcontratados (Nota 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2022, ascendem a 39.500 Euros (37.900 em 2021) (acrescido de IVA à taxa legal).

Nos “Subcontratos de lazer” incluem-se a contratualização de viagens e apartamentos para disponibilização aos sócios do MAIS Sindicato (Nota 19).

Na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se incluídos os seguintes valores relativos a contratos de aluguer operacional, em 2022 e 2021:

	2022		2021	
	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas	167 125	167 125	134 172	36 220
Equipamento informático	27 778	27 778	55 555	55 555
Fotocopiadores / Impressoras	49 459	85 092	81 200	81 200

22. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e ao pessoal nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022	2021
Remunerações:		
- Pessoal médico	6 996 216	7 625 250
- Pessoal paramédico e enfermeiro	9 369 452	9 256 645
- Pessoal administrativo e auxiliar	12 711 803	13 383 723
- Órgãos sociais	382 845	360 774
	<u>29 460 316</u>	<u>30 626 391</u>
Encargos com remunerações	7 921 672	8 135 231
Indemnizações	1 870 776	2 012 684
Outros gastos com o pessoal	714 395	664 749
	<u>39 967 158</u>	<u>41 439 055</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o MAIS Sindicato manteve ao seu serviço, 1.368 e 1.380 empregados, respetivamente. A distribuição dos empregados por categoria profissional era a seguinte:

	2022				2021			
	AS	SAMS	USP	Sindicato	AS	SAMS	USP	Sindicato
Médicos	-	222	1	223	-	261	2	263
Auxiliares	34	500	12	546	36	489	12	537
Enfermeiros	-	240	1	241	-	227	-	227
Técnicos Diag. e Terap.	-	133	-	133	-	128	-	128
Administrativos	34	82	85	201	34	82	86	202
Assistentes Clínicos	-	19	-	19	-	18	-	18
Farmacêuticos	-	5	-	5	-	5	-	5
	<u>68</u>	<u>1 201</u>	<u>99</u>	<u>1 368</u>	<u>70</u>	<u>1 210</u>	<u>100</u>	<u>1 380</u>

Em 2021 o Sindicato recebeu “Subsídios à Exploração” no montante de 1.204.319 Euros na sequência da realização do Layoff.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros rendimentos” tem a seguinte composição:

	2022	2021
Complementaridade	955 647	751 953
Restituição de impostos e de gastos com garantias	164 918	159 509
Rendimentos suplementares	570 401	539 355
Correções de exercícios anteriores	920	397 495
Ganhos em inventários	84 199	74 864
Descontos pronto pagamento	55 759	46 744
Reembolso Viagens	15 715	15 065
Cobertura encargos administrativos	14 260	15 974
Aluguer de equipamento	6 700	5 894
Cursos de formação, arte e outros	17 156	2 696
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	133 971	4 140
Práticas desportivas e atividades afins	15 839	11 585
Outros	83 721	34 456
	<u>2 119 772</u>	<u>2 059 730</u>

A rubrica “Restituição de Impostos e gastos com garantias” inclui em 2021 o montante de 159.509 Euros relativos a juros indemnizatórios de IVA pago em 2013 (Processo 584/17.4 BELRS Lisboa) bem como, o valor de 164.918 Euros, relativos a gastos com garantias bancárias reembolsados pela Autoridade Tributária em 2022 no âmbito do Processo 757/07.8 BELRS Lisboa (Nota 10).

24. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Quotizações	479 203	473 253
Perdas em inventário	176 011	177 908
Impostos	138 076	129 896
Correções de exercícios anteriores	3 249 544	123 026
Perdas em investimentos não financeiros	3 351	5 645
Ofertas	3 465	100
Dívidas incobráveis	6 713	7 219
Outros	7 260	181 477
	<u>4 063 623</u>	<u>1 098 524</u>

A rubrica “Correções de exercícios anteriores” integra notas de crédito emitidas, tal como referido na nota 13.

25. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Juros e outros rendimentos similares” apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Juros obtidos	33 692	42 752
Atualização da dívida de Creben	4 641	49 915
Outros	3 031	3 559
	<u>41 364</u>	<u>96 226</u>

Na rubrica “Atualização da dívida de creben” encontra-se registado o decréscimo do justo valor da dívida de Creben (Nota 3 i)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

26. GASTOS DE FINANCIAMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Gastos de Financiamento” apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Serviços bancários	115 496	100 876
Juros suportados	28 213	31 887
Outros	1 380	1 347
	<u>145 088</u>	<u>134 110</u>

A diminuição das despesas registadas na rubrica de “Serviços bancários” decorre essencialmente da diminuição dos custos com as operações bancárias e das garantias bancárias prestadas.

Na rubrica “Juros suportados” encontram-se consideradas as despesas dos contratos ativos de locação financeira de leasing (Nota 16).

27. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2022, o MAIS Sindicato tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, as quais decorrem da atividade do SAMS (Nota 11) e da UPS, como a seguir se detalha:

Entidade	Entidade Beneficiária	Descrição	Montante
Banco Santander Totta	DGCI	Processo de IMI	91 271
Banco Santander Totta	Tribunal do Trabalho	Processo de Tribunal do Trabalho	2 000
Banco Santander Totta	Tribunal do Trabalho	Processo de Tribunal do Trabalho	35 619
Banco Santander Totta	Tribunal do Trabalho	Processo de Tribunal do Trabalho	57 528
			<u>186 418</u>

28. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS

a) Contrato de Prestação de Serviços com a Advancecare

Em 30 de dezembro de 2009, foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços entre o SAMS e a Advancecare – Gestão de serviços de Saúde, SA (Advancecare), com início de vigência em 29 de janeiro de 2010 e término a 31 de dezembro de 2012. O efetivo início de funcionamento ocorreu em 01.03.2010, conforme amplamente divulgado. Em 31 de dezembro de 2012 foi celebrado novo Contrato de Prestação de Serviços, com início de vigência em 1 de janeiro de 2013 e termino em 31 de dezembro de 2015. O contrato assinado em 31.12.2015 foi celebrado para o período de 01.01.2016 a 31.12.2018, renovável automaticamente por períodos de um ano, sendo que em 13.07.2016 foi assinado aditamento onde foram previstos novos serviços e foi acordado entre as partes que o período de duração do contrato passaria a ser de 4 anos (de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, data em que se renovou automaticamente pelo período de 1 ano).

No âmbito do referido Contrato, a Advancecare compromete-se a gerir por conta e em nome do SAMS as despesas de saúde emergentes do Plano de Benefícios e a Rede de Prestadores Convencionados da Advancecare.

Por conseguinte, os beneficiários do SAMS e seu agregado familiar, passam a ter a possibilidade de acesso à Rede de Prestadores Convencionados da Advancecare cuja cobertura em termos geográficos assume uma dimensão nacional (incluindo Ilhas) e a usufruir de um diferenciado Plano de Benefícios.

Em 18 de fevereiro de 2020 foi celebrado um segundo aditamento, incluindo-se no contrato de prestação de serviços a gestão pela Advancecare das despesas em regime livre (comparticipações externas) e prolongando-se o contrato até 31 de dezembro de 2020 (data a partir da qual se renovará anualmente).

Como contrapartida dos serviços prestados, o SAMS liquida à Advancecare uma comissão (ou *fee*) de gestão mensal determinada em função de um número previsível de utilizações a que acresce uma parte variável que poderá ser objeto de acerto anual.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Contrato de Prestação de Serviços, define o valor anual *per capita* do *fee* de gestão, tendo como indexantes de carga o número de atos e o de utilizadores e efeitos retroativos.

Durante o exercício de 2022, os principais movimentos ocorridos no âmbito deste Contrato foram os seguintes:

- O registo em comparticipações do valor 14.681.728 Euros correspondente aos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados (Nota 20), no ano de 2022, e no qual está considerado o acréscimo de custos de 2.157.544 Euros pelos serviços ainda não faturados (Nota 17);
- O pagamento de 14.622.834 Euros à Advancecare pelos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados;
- A liquidação do valor de 1.171.811 Euros (incluindo IVA à taxa legal) de *fee* de gestão (Nota 21);

Durante o exercício de 2021, os principais movimentos ocorridos no âmbito deste Contrato foram os seguintes:

- O registo em comparticipações do valor 13.508.201 Euros correspondente aos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados (Nota 20);
- O pagamento de 13.435.011 Euros à Advancecare pelos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados;
- A liquidação do valor de 1.200.243 Euros (incluindo IVA à taxa legal) de *fee* de gestão (Nota 21).

b) Acordos com a Associação Nacional das Farmácias e Associação de Farmácias de Portugal

Em 2004 foram celebrados acordos entre o SAMS e a Associação Nacional das Farmácias (ANF) e a Associação de Farmácias de Portugal (AFP), com o objetivo de assegurar o fornecimento de especialidades farmacêuticas aos beneficiários do SAMS por parte das farmácias associadas na ANF e na AFP, em condições semelhantes ao sistema de comparticipação em vigor para o SNS. Todos os meses a ANF e a AFP faturam o SAMS, relativamente às transações efetuadas nas farmácias no mês anterior, e enviam um detalhe com todas as faturas recebidas das farmácias.

Desde 1 de janeiro de 2009, com o término do Protocolo com o Ministério da Saúde, que o fornecimento medicamentoso aos beneficiários do MAIS Sindicato / SAMS passou a ser faturado em regime de complementaridade face aos valores comparticipados e em vigor no SNS.

c) Contrato de cessão de exploração da unidade de diálise

Em março de 2004, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas celebraram um contrato de cessão de exploração com a NMC – Centro Médico Nacional S.A, atualmente denominada de Nephrocare Portugal S.A., ao abrigo do qual o SAMS cede à referida empresa a exploração da unidade de diálise, a funcionar no seu hospital. O contrato foi celebrado pelo prazo de 5 (cinco anos), retroagindo os seus efeitos a 2 de janeiro de 2004.

Nos termos do contrato, incluem-se no âmbito da exploração cedida à NMC:

- A prestação, a beneficiários do SAMS e a outros utentes, de todos os tratamentos de hemodiálise de baixo fluxo e hemodiálise-filtração, na unidade de diálise do SAMS;
- A prestação, mediante solicitação expressa do SAMS, de tratamentos de hemodiálise a doentes internados na unidade hospitalar do SAMS que, ocasionalmente, deles possam necessitar;
- A gestão administrativa, do pessoal e financeira da referida unidade; e
- O financiamento, instalação, manutenção e substituição dos equipamentos na unidade de diálise, sempre que tal seja necessário ou tecnicamente recomendável.

Este contrato foi denunciado, com efeitos a 31 de dezembro de 2013, mas atendendo à necessidade de manutenção dos tratamentos de hemodiálise aos pacientes, no âmbito da convenção com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o SAMS e a Nephrocare acordaram na prorrogação do Contrato e consequentemente na data de produção de efeitos da denuncia por um período não inferior 30 de abril de 2014. Em 17 de agosto de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento ao contrato de cessão de exploração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste domínio, em 12 de julho de 2017 foi assinado o quarto aditamento ao mesmo contrato de cessão de exploração, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017, onde foram acordados ajustamentos aos preços compreensivos praticados pelo Ministério da Saúde.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, os custos com este contrato foram registados na rubrica “Subcontratos – hemodiálise” e ascendem a 1.347.708 Euros e 1.359.469 Euros, respetivamente (Nota 21).

d) Protocolo com o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira

Com efeitos à data de 1 de março de 2010, foi denunciado, por iniciativa do Governo Regional da Madeira, o Protocolo celebrado em 2006 entre o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRSM) e o SAMS.

Em novembro de 2014, o SRSM liquidou a verba de 619.669 Euros. Esta verba corresponde aos valores debitados pelo SAMS em 2007 e 2.º semestre de 2008, no total de 1.682.520 Euros, deduzida do valor a liquidar pelo SAMS. Em 31 de dezembro de 2014, a dívida do SRSM ascendia a 1.728.291 Euros a qual se mantém no exercício de 2021 (Nota 11).

e) Protocolo de Colaboração com o INETESE

Em 20 de julho de 2012 foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o MAIS Sindicato e a Associação para o Ensino e Formação, denominado de INETESE, para promover e desenvolver ações conjuntas no apoio à qualificação e formação profissional.

No âmbito deste protocolo o MAIS Sindicato disponibilizou à INETESE o montante global de 100.000 Euros cujo reembolso seria realizado de outubro de 2012 até abril de 2015, segundo um plano de pagamentos mensais estabelecido no próprio protocolo.

f) Contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Radioterapia

No final do ano de 2013, foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços entre o MAIS Sindicato e a Mercurius Health, S.A., com início de vigência em 16 de dezembro de 2013 e término a 31 de dezembro de 2017. Pela assinatura de adenda a 21 de dezembro de 2018, o referido contrato foi prorrogado pelo período de um ano a partir de 01 de janeiro de 2019.

No âmbito do referido contrato a Mercurius Health compromete-se a prestar serviços técnicos de radioterapia na Unidade de Radioterapia do SAMS, localizada no Centro Clínico, em contrapartida, o SAMS liquidarão os serviços prestados de acordo com os preços acordados.

A Unidade Radioterapia devidamente equipada e licenciada é propriedade do SAMS, sendo os recursos humanos especializados e necessários à realização dos tratamentos técnicos de radioterapia disponibilizados pela Mercurius Health.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – oncologia” e ascendem a 796.491 Euros e 561.480 Euros, respetivamente (Nota 21).

g) Contrato de Fornecimento de Serviços de Reprocessamento de Dispositivos Médicos

Em 30 de dezembro de 2013, foi celebrado Contrato para o Fornecimento de Serviços de Reprocessamento de Dispositivos Médicos com CENES – Centro de Reprocessamento de dispositivos Médicos, Lda, pelo período de 10 anos. Este contrato tem por objeto o fornecimento de serviços de esterilização completa e integral de dispositivos médicos em regime de aquisição de serviços.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – esterilização” e ascendem a 864.489 Euros e 837.911 Euros, respetivamente (Nota 21).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

h) Contrato de Prestação de Serviços da Patologia Clínica

Com vigência a partir de 1 de janeiro de 2014 e duração de 3 anos, foi assinado Contrato de Prestação de Serviços com o Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa, S.A. para a realização de análises de patologia clínica. Em 31 de dezembro de 2018, na sequência de procedimento concursal foi assinado novo contrato com o Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa, S.A. que vigorou entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2021.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – análises laboratoriais” e ascendem a 1.978.438 Euros e 2.303.788 Euros, respetivamente (Nota 21).

i) Convenção com a Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE)

Em agosto de 2014, foi assinada Convenção, pelo período de um ano, renovável por igual período, entre o Sindicato e a ADSE, com o objetivo de serem prestados pelo SAMS serviços de saúde aos beneficiários da ADSE.

Decorrente desta Convenção foi estabelecido o seguinte:

- Os serviços de saúde, nas nomenclaturas e tabelas de preços autorizadas, abrangidos pela presente Convenção, quer em regime de ambulatório, quer de internamento, são prestados nas instalações do Hospital do SAMS.
- A faturação emitida pelo SAMS tem periodicidade mensal e será liquidada pela ADSE, após conferência, no prazo de 120 dias a contar da data de entrada na ADSE.

No exercício de 2022, salientam-se as seguintes ocorrências:

- A faturação emitida pelo SAMS ascendeu a 4.867.631 Euros;
- A ADSE liquidou um valor correspondente a 4.580.280 Euros;
- O valor em dívida em 31 de dezembro ascende a 1.308.653 Euros;

No exercício de 2021, salientam-se as seguintes ocorrências:

- A faturação emitida pelo SAMS ascendeu a 3.576.394 Euros;
- A ADSE liquidou um valor correspondente a 3.334.669 Euros;
- O valor em dívida em 31 de dezembro ascende a 4.557.292 Euros;

j) Protocolo de Manutenção de Beneficiários do SAMS

Desde finais de 2014 com vigência a partir de 2015, foram celebrados Protocolos entre o MAIS Sindicato e várias Instituições Bancárias nos quais são definidas regras de manutenção vitalícia ou a termo como beneficiários do SAMS trabalhadores elegíveis que acordem a rescisão por mútuo acordo do contrato de trabalho.

Neste âmbito, foi constituída provisão denominada de “Manutenção de benefícios SAMS” correspondente ao valor recebido pelo SAMS para a cobertura dos benefícios futuros de saúde dos trabalhadores e do seu agregado familiar, de acordo com as regras definidas nos normativos regulamentares do SAMS.

Durante o exercício de 2022 e 2021, os valores provisionados por instituição bancária os seguintes (Nota 13):

	31.12.2020	Reversões	Dotação	31.12.2021	Reversões	Dotação	31.12.2022
BCP	3 702 592		35 268	3 737 860			3 737 860
Novo Banco	2 064 832		38 162	2 102 994	(60 485)	110 892	2 153 401
Oitante	2 457 359	(3 165)		2 454 194	(52 182)		2 402 012
BNP Paribas	53 187			53 187			53 187
Banco Brasil	6 478	(4 319)		2 159	(2 159)		0
Montepio	-		359 427	359 427	(47 098)	42 042	354 371
Parvalorem	-		332 908	332 908		91 477	424 385
Santander	-		3 308 685	3 308 685		215 615	3 524 300
	<u>8 284 448</u>	<u>(7 483)</u>	<u>4 074 450</u>	<u>12 351 415</u>	<u>(161 924)</u>	<u>460 025</u>	<u>12 649 516</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho Executivo do SAMS em 17 de maio de 2023.

Lisboa, 17 de maio de 2023

A DIREÇÃO

António José Real da Fonseca – Presidente

João Gonçalo Barros Ferreira – Vice-Presidente

Cristina Alexandra Pereira Trony – Tesoureira e Secretária Adjunta

Cristina Maria Damião Jesus – Secretária

Pedro Miguel Correia Pereira Soares – Tesoureiro Adjunto

Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral

Daniel José Matos

Mário Rui Peixoto dos Reis Costa

Mónica Patrícia Resende Gomes

Tânia Maltez Ribeiro

Luís Carlos Furtado Brito Roque

Contabilista Certificada (N.º 57518)

Ana Maria Fragueiro Navarro

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS DO EXERCÍCIO DE 2022

De harmonia com os Estatutos do MAIS Sindicato e o Regulamento do SAMS, a Direção do propõe que o saldo do exercício de 2022, no montante negativo de 745.157,37 Euros, seja aplicado da seguinte forma:

- (AS) Fundo Sindical (10%)	227.681,21 Euros
- (AS) Fundo de Greve e de Solidariedade (30%)	683.043,21 Euros
- (AS) Resultados Transitados	1.366.087,24 Euros
- (SAMS) Reserva do Regime Geral	(3.021.969,44) Euros
- (SAMS) Reserva do Regime Especial	-,00 Euros
- (SAMS) Resultados Transitados	-,00 Euros
	<u>(745.157,37) Euros</u>

Lisboa, 17 de maio de 2023

A DIREÇÃO

António José Real da Fonseca – Presidente

João Gonçalo Barros Ferreira – Vice-Presidente

Cristina Alexandra Pereira Trony – Tesoureira e Secretária Adjunta

Cristina Maria Damião Jesus – Secretária

Pedro Miguel Correia Pereira Soares – Tesoureiro Adjunto

Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral

Daniel José Matos

Mário Rui Peixoto dos Reis Costa

Mónica Patrícia Resende Gomes

Tânia Maltez Ribeiro

Luís Carlos Furtado Brito Roque